



## 38ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 38019  
04/03/2013

### Sumário Executivo Formiga/MG

#### Introdução

Trata o presente Relatório dos resultados dos exames realizados sobre 10 Ações de Governo, integrantes dos Programas fiscalizados, executadas no município de Formiga - MG em decorrência da 38ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

A fiscalização teve como objetivo analisar a aplicação dos recursos federais no Município sob a responsabilidade de órgãos e entidades federais, estaduais, municipais ou entidades legalmente habilitadas, relativas ao período fiscalizado indicado individualmente, tendo sido os trabalhos de campo executados no período de 18/03/2013 a 22/03/2013.

Informações sobre indicadores socioeconômicos do município sorteado:

Informações Socioeconômicas	
População:	65128
Índice de Pobreza:	32,94
PIB per Capita:	R\$ 9983.7
Eleitores:	49699
Área:	1502 km <sup>2</sup>

Fonte: Sítio do IBGE.

Os trabalhos foram realizados em estrita observância às normas de fiscalização aplicáveis ao Serviço Público Federal, tendo sido utilizadas, dentre outras, as técnicas de inspeções físicas e registros fotográficos, análises documentais, realização de entrevistas e aplicação de questionários.

Cabe esclarecer que as situações evidenciadas nos trabalhos de campo foram segmentadas de acordo com a competência de monitoramento a ser realizado pela Controladoria-Geral da União.

Dessa forma, o capítulo um, destinado especialmente aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, gestores federais dos programas de execução descentralizada, contempla, em princípio, constatações de campo que apresentam as situações evidenciadas que subsidiarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte desses gestores, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo, ao ressarcimento de recursos públicos aplicados indevidamente ou, se for caso, à instauração da competente Tomada de Contas Especial, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

O capítulo dois é composto por situações detectadas durante a execução dos trabalhos de campo, a partir dos levantamentos realizados para avaliação da execução descentralizada dos Programas de Governo Federais, cuja competência primária para adoção de medidas corretivas pertence ao gestor municipal. Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte dessas pastas ministeriais. Portanto, esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas às constatações relatadas nesse capítulo. Ressalta-se, no entanto, a necessidade de conhecimento e adoção de providências dos Órgãos de defesa do Estado no âmbito de suas respectivas competências.

### Informações sobre a Execução da Fiscalização

O quadro a seguir demonstra, no âmbito dos Programas verificados, a quantidade de Ações de Governo fiscalizadas:

Ministério	Programa Fiscalizado	Qt.	Montante Fiscalizado por Programa
<b>CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO</b>	Gestão de rec. federais pelos municípios e controle social	1	Não se aplica.
Totalização CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO		1	Não se aplica.
<b>MINISTERIO DA EDUCACAO</b>	Brasil Escolarizado	1	R\$ 940.500,00
	Educação Básica	3	R\$ 611.668,74
Totalização MINISTERIO DA EDUCACAO		4	R\$ 1.552.168,74
<b>MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME</b>	Acesso à Alimentação	2	R\$ 813.791,09
	Bolsa Família	1	R\$ 5.367.252,00
	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	2	R\$ 306.000,00
Totalização MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME		5	R\$ 6.487.043,09
Totalização da Fiscalização		10	R\$ 8.039.211,83

Esclarecemos que os executores dos recursos federais no âmbito municipal foram previamente informados sobre os fatos relatados, tendo se manifestado em 26/04/2013, cabendo ao Ministério supervisor, nos casos pertinentes, adotar as providências corretivas visando à consecução das políticas públicas, bem como à apuração das responsabilidades.

## Análise de Resultados

1. Durante os trabalhos de fiscalização no Município de Formiga/MG, no âmbito do 38º Sorteio de Municípios, os exames foram realizados por amostragem e permitiram a constatação de falhas relativas à aplicação dos recursos federais examinados, as quais foram detalhadas na segunda parte deste Relatório, por Ministério e Programa de Governo.
2. A seguir, apresenta-se uma síntese dos resultados obtidos, com destaque para as falhas de maior relevância quanto aos impactos sobre a efetividade dos Programas/Ações executados na esfera local:
  - Servidores municipais e estaduais beneficiários do Bolsa Família com renda *per capita* superior à estabelecida na legislação para permanência no Programa;
  - Aposentados/pensionistas do INSS integrando famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com renda *per capita* superior à estabelecida na legislação para permanência no Programa;
  - Beneficiários do Programa Bolsa Família com evidências de renda *per capita* superior à estabelecida na legislação do Programa;
  - Ociosidade do Banco de Alimentos da Prefeitura;
  - Morosidade da Prefeitura em solucionar pendências junto à Caixa para execução de Convênio;
  - Pregão para aquisição de hortifrutigranjeiros destinados à merenda escolar com critério de julgamento das propostas equivalente à fixação de preço mínimo;
  - Editais de pregão para aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar sem estipulação de critérios de aceitabilidade de preços;
  - Quantitativo de nutricionistas inferior ao previsto pelo Conselho Federal de Nutrição para acompanhamento da merenda escolar;
  - Inexistência de diagnóstico do estado nutricional dos estudantes para efeitos de formulação do cardápio da merenda escolar;
  - Serviços de instalação de quadros e fiação pagos e não executados.
3. Quanto aos Programas/Ações do Ministério da Educação, no que diz respeito ao Programa “Educação Básica”, verificou-se que o quantitativo de nutricionistas é inferior ao previsto pelo Conselho Federal de Nutrição para acompanhamento da merenda escolar; não há diagnóstico do estado nutricional dos estudantes para efeitos de formulação do cardápio da merenda escolar; inexistência de critérios de aceitabilidade de preços nos editais de pregão para a aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar; e pregão para aquisição de hortifrutigranjeiros destinados à merenda escolar com critério de julgamento das propostas equivalente à fixação de preço mínimo. Já em relação ao Programa “Brasil Escolarizado”, houve falhas no que diz respeito ao pagamento de serviços não executados.
4. Quanto aos Programas/Ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foram identificadas falhas no Programa “Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza”, isto é, o Bolsa Família, especialmente quanto à detecção de evidências de beneficiários do Programa apresentando renda *per capita* familiar mensal superior à estabelecida na legislação, sendo que, dentre estes, havia servidores do próprio município. Além disso, foram identificadas falhas na execução do Programa “Acesso à Alimentação” quanto à operação do banco de alimentos da Prefeitura Municipal de Formiga, uma vez que o mesmo encontra-se ocioso e existe risco de que os recursos para sua modernização, provenientes do MDS via contrato de repasse, tenham que ser devolvidos pelo

município em virtude de pendências quanto à documentação exigida pela Caixa Econômica Federal.

5. Por fim, cumpre ressaltar que, apesar desta análise estar segmentada por área ministerial, não se deve perder de vista aqueles aspectos que, em razão de sua transversalidade, caracterizam mais fortemente as deficiências da Gestão Municipal, sendo, pois, aqueles que, se corrigidos, tendem a proporcionar melhorias relevantes.



## 38ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 38019  
04/03/2013

### Capítulo Um Formiga/MG

#### Introdução

Neste capítulo estão apresentadas as situações evidenciadas que subsidiarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo, ao ressarcimento de recursos públicos aplicados indevidamente ou, se for o caso, à instauração da competente Tomada de Contas Especial, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

As constatações estão organizadas por Órgãos Gestores e por Programas de Governo.

#### 1. MINISTERIO DA EDUCACAO

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 18/12/2007 a 22/11/2011:

\* Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica

#### Detalhamento das Constatações da Fiscalização

## 1.1. PROGRAMA: 1061 - Brasil Escolarizado

Ação Fiscalizada
<b>Ação:</b> 1.1.1. 0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica <b>Objetivo da Ação:</b> Apoiar iniciativas destinadas a contribuir para o desenvolvimento e universalização da educação básica com qualidade.

Dados Operacionais	
<b>Ordem de Serviço:</b> 201307319	<b>Período de Exame:</b> 18/12/2007 a 22/11/2011
<b>Instrumento de Transferência:</b> Convênio 598207	
<b>Agente Executor:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	<b>Montante de Recursos Financeiros:</b> R\$ 940.500,00
<b>Objeto da Fiscalização:</b> O objeto deste convênio é construção de escola(s), no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância.	

### 1.1.1.1. Constatação:

Serviços de pisos, pinturas, revestimento de paredes e instalação de portas executados com baixa qualidade técnica.

#### **Fato:**

O Convênio n.º 830093/2007 foi celebrado em 18/12/2007, entre a União Federal, por intermédio do Ministério da Educação, representado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município de Formiga/MG, tendo como objeto a construção de escola no âmbito do programa nacional de reestruturação e aparelhagem da rede escolar pública, no valor de R\$707.070,71, sendo R\$ 700.000,00 de participação do FNDE e R\$ 7.070,71 de contrapartida municipal, com vigência de 540 dias. O 2º termo aditivo, em 08/11/2010, alterou o valor do Convênio para R\$1.100.000,00, participando o FNDE com R\$940.500,00 e o conveniente com R\$159.500,00. O prazo final de vigência do convênio passou a ser 22/11/2011, conforme 3º termo aditivo, firmado em 26/05/2011. O valor de aporte previsto pela União foi totalmente liberado.

As obras para construção do Centro Educacional Infantil foram licitadas por meio da Tomada de Preços n.º 006/2009, processo licitatório n.º 962/2009. Para execução da obra, a Prefeitura disponibilizou um terreno sito à Rua Santo Hilário n.º 630, no bairro Souza e Silva, Formiga /MG.

Conforme Ata de Abertura da Tomada Preços, de 21/05/2009, foram habilitadas as seguintes licitantes: Construtora Ferreira Oliveira Ltda.; Metha Engenharia de Projetos e Montagens Ltda.; Margem Construções e Comércio Ltda.; Construtora Pereira e Malta Ltda.

Conforme Ata de Julgamento, de 01/06/2009, foi vencedora do certame a proposta de preços da empresa Metha Engenharia de Projetos e Montagens Ltda., no valor de R\$988.282,23. Em 06/07/2009, foi firmado o Contrato n.º 117/2009 com a empresa vencedora.

A edificação já se encontra concluída e em utilização. Para fins de verificação da execução dos serviços, analisou-se inicialmente os relatórios de monitoramento de obras realizados por meio do

Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação - SIMEC, onde se constatou na seção intitulada “quanto as restrições e providências” que, em 04/02/2010, foi incluída a informação, pelo engenheiro fiscal da obra, CPF \*\*\*.770.626- \*\*, de que o projeto de estrutura fornecido não estava compatível com o projeto utilizado na obra quanto às lajes (L57, L54, L45, L40, L39, e L50), especialmente no que tange ao encabeçamento delas.

No exame realizado na edificação foram detectadas as seguintes deficiências construtivas:

- a) O piso em granitina apresenta trincas na superfície em torno das tampas das caixas de passagem e em outros locais do pátio.
- b) O piso cimentado do pátio apresenta trincas em diversos pontos.
- c) As paredes internas e externas foram pintadas com tinta PVA sem emassamento, enquanto no orçamento estava previsto: pintura acrílica com massa corrida no interior e pintura acrílica sem massa corrida no exterior.
- d) Segundo informações dos usuários da escola, está ocorrendo gotejamento nas calhas das luminárias instaladas na cozinha e na última sala de aula do corredor à esquerda (creche III), nos momentos de chuva com maior intensidade.
- e) As portas de madeira assentadas já apresentam trincas na superfície e sua pintura está deficiente com manchas de clareamento.
- f) A alimentação de energia elétrica é feita por meio de um poste da rua que está em posição inclinada, podendo cair e trazendo perigo aos usuários da escola. O quadro de força de entrada da escola não está concluído, conforme tratado em item deste Relatório.
- g) O piso externo da Escola e o muro em torno do terreno não estão concluídos. Esses serviços não fazem parte do escopo da obra contratada, mas deixam a Escola e os alunos em situação vulnerável.



Foto 01: Porta da sala de aula com desgaste e trincamento da lâmina

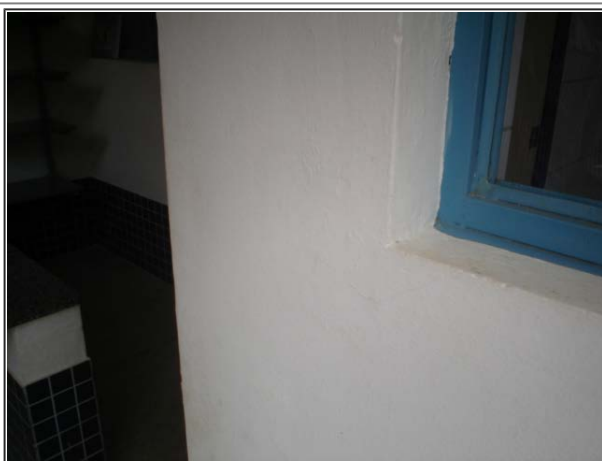


Foto 02: Detalhe da parede sem revestimento de massa PVA

--	--





Foto 03: Trinca no piso em granitina



Foto 04: Parede com trinca com indício de recalque



Foto 05: Área externa da escola sem piso e sem muro. Poste inclinado ao fundo



Foto 06: Detalhe do poste de entrada de energia, inclinado



Foto 06A: Parede da sala da Administração

Foi solicitado à Prefeitura informar qual o posicionamento da fiscalização da obra acerca da possível alteração de projeto e justificativas para as falhas detectadas. Em resposta a Solicitação de Fiscalização, a Prefeitura informou, por meio de e-mail da Secretaria de Assistência Social, de 26/03/2013, que:

“1. O projeto não sofreu alterações. O engenheiro responsável pelo monitoramento sr. M.O.C., entrou em contato com a sra. G., técnica do FNDE que elucidou as dúvidas do mesmo, não sendo portanto realizada qualquer mudança no projeto inicial. Cabe salientar que a obra recebeu duas



visitas de inspeção técnica por parte do FNDE. Recebeu elogios e praticamente não foram detectadas inconsistências. Estas visitas ocorreram em 30/04/2010, sendo realizada por L.M.N.R. e em 08/12/2011 por C.S.S..

2. Em relação às letras A, B, C, D e E, a obra recebeu acompanhamento através do engenheiro responsável pelo monitoramento e pelo engenheiro da Prefeitura Municipal de Formiga responsável pela fiscalização e liberação do pagamento das medições e nenhum problema foi verificado. No momento em que a obra foi recebida pela Secretaria de Obras, também não foi detectado nenhum dos problemas relatados. Será enviada correspondência a Procuradoria do município solicitando providencias a serem tomadas.

3. Em relação às letras F e G, foi necessário realizar melhoramentos na rede elétrica da rua para atender a escola. Novo processo licitatório foi instaurado para complemento do fechamento, sendo utilizados recursos próprios do município, e o mesmo se encontra em fase de execução. A empresa que se logrou vencedora foi a João Antônio Empreendimentos Ltda EPP."

### **Manifestação da Unidade Examinada:**

Por meio do Ofício n.º 131/2013, de 26/04/2013, a Prefeitura Municipal apresentou a seguinte manifestação adicional:

Quanto aos itens "a", "b", "c", "d" e "e": "A empresa deverá ser notificada para proceder às devidas correções acima mencionadas".

Quanto aos itens "f" e "g": "Na ata do dia 24/04/2013, a Empresa João Antônio Empreendimentos Ltda se compromete a solucionar os problemas acima mencionados até o dia 15/05/2013."

### **Análise do Controle Interno:**

Diante do exposto, conclui-se que cabe à Prefeitura notificar a empresa contratada, Metha Engenharia Ltda., ou seus responsáveis, para refazer os serviços que foram executados com baixa qualidade técnica, inclusive quanto à pintura que deverá ser refeita com emassamento, sem ônus extra para a Administração. Quanto à possível alteração da ferragem das lajes, deve-se contatar o engenheiro responsável pelo projeto estrutural para opinar sobre a estabilidade da estrutura e, caso não haja problema na construção, incluir a informação no SIMEC.

#### **1.1.1.2. Constatação:**

Serviços de instalação de quadros e fiação pagos e não executados.

#### **Fato:**

No exame realizado na edificação, verificou-se que dos seis quadros de força e de comando, dois deles estão sem conectores e com fiação solta, indicando que sua instalação não foi concluída. Esses quadros estão situados nos primeiros cômodos à esquerda da edificação, intitulados "cia telefônica e cia elétrica", de acordo com a planta arquitetônica PE-AR 02/11. Verificou-se, também, que o quadro de força da entrada principal do prédio não está concluído. Conforme consta na planilha de medição, esses serviços foram medidos e pagos, de acordo com os itens 06.01.302 e 06.01.302 da planilha orçamentária da obra, nos seguintes valores:

- a) Quadro de medição completo com transformador de corrente para medição em baixa tensão: R\$3.150,00;
- b) Quadro de comando de sobrepor com 4 barramentos de cobre 2" x 1/4": R\$524,70
- c) Quadro de comando de sobrepor com 4 barramentos de cobre 1/2" x 1/8": R\$524,70
- d) Quadro de comando de sobrepor com 4 barramentos de cobre 5/8" x 1/8": R\$524,70
- e) Quadro de comando de sobrepor com 4 barramentos de cobre 3/4" x 1/8": R\$524,70



Foto 07: Detalhe de quadro sem cabeamento e sem conectores



Foto 08: Detalhe de quadro com fiação solta e sem conectores



Foto 09: Quadro de força em construção.

Nas especificações técnicas dos serviços, itens 06.01.302, são previstos instalações dos seguintes quadros: quadro de medição completo com transformador de corrente e quadros de comando de embutir com as referências CE 8050-25, CE 10050-25, CE 10060-25. Como não há um cruzamento entre cada quadro que consta na medição e os quadros previstos na especificação de serviços, ficamos impossibilitados de inferir o custo dos quadros não concluídos. Foi solicitado à Prefeitura, por meio da SF 038023/07, justificar a falha ocorrida e encaminhar croquis indicando a posição de instalação de cada um dos quadros previstos na edificação e que foram pagos na medição.

A Prefeitura encaminhou resposta à Solicitação de Fiscalização, por meio do Ofício 108/2013/SEME, de 08/04/2013, informando que:

*"Esclarecemos que os quadros foram instalados corretamente, tanto que o centro de educação*

*infantil encontra-se em pleno funcionamento. Os quadros encontravam-se com a fiação solta porque as instalações elétricas do prédio estavam passando por revisão periódica."*

Diante do exposto, a equipe de fiscalização não acata a informação enviada pela Prefeitura, em razão do estado em que se encontravam os quadros na ocasião de nossa visita à Escola e considerando que não foram encaminhadas fotografias demonstrando a conclusão dos serviços, principalmente a instalação do quadro de força geral.

### **Manifestação da Unidade Examinada:**

Por meio do Ofício n.º 131/2013, de 26/04/2013, a Prefeitura Municipal de Formiga apresentou as seguintes informações adicionais, editadas apenas no nome de pessoas a fim de preservá-las:

*"No relatório preliminar por Área Ministerial a foto 07 onde mostra o quadro sem cabeamento e sem conectores, justifica pois atualmente só um telefone que está em funcionamento e o mesmo acontece com a foto 08 que aguarda a colocação dos computadores, que atualmente somente 01 está em funcionamento.*

*O projeto estrutural foi executado de acordo com o projeto fornecido através do site do FNDE, segundo informações do engenheiro M. O. C. que acompanhava a obra".*

### **Análise do Controle Interno:**

Não foi enviada comprovação de que tenham sido realizados serviços para dotar os quadros de um acabamento compatível com o projeto, mesmo que haja somente uma linha telefônica em funcionamento.

## **2. MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME**

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 30/11/2009 a 01/10/2012:

- \* Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar
- \* Apoio à Implantação de Bancos de Alimentos e Mercados Públicos
- \* Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei n.º 10.836, de 2004)
- \* Serviços de Proteção Social Básica

### **Detalhamento das Constatações da Fiscalização**

#### **2.1. PROGRAMA: 1049 - Acesso à Alimentação**

<b>Ação Fiscalizada</b>
<b>Ação:</b> 2.1.1. 2798 - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar <b>Objetivo da Ação:</b> Apoio à implantação do programa de Aquisição de Alimentos - Compra Direta Local da Agricultura Familiar.

Dados Operacionais	
<b>Ordem de Serviço:</b> 201306658	<b>Período de Exame:</b> 20/12/2009 a 01/10/2012
<b>Instrumento de Transferência:</b> Convênio 705046	
<b>Agente Executor:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	<b>Montante de Recursos Financeiros:</b> R\$ 487.704,13
<b>Objeto da Fiscalização:</b> O projeto visa facilitar a aquisição de gêneros alimentícios, dos agricultores familiares ou das suas entidades associativas, para serem doados aos programas e entidades sociais ligadas à política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (merenda escolar, creches, hospitais, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, etc.). Desde o ano de 2005, o município participa do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos – Compra Direta com Doação Simultânea, junto à CONAB, com atendimento direto a 90 produtores, através da compra dos produtos e mais de 8.500 beneficiados com as doações. São parceiros: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Prefeitura Municipal; Associações Comunitárias; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Secretaria de Desenvolvimento Humano, Banco de Alimentos, CONSEA, Centro Vocacional Tecnológico e EMATER/MG. Com a implantação deste projeto será oportunizada às famílias dos pequenos produtores, incentivos à produção e valorização no desenvolvimento de suas atividades, numa perspectiva de sustentabilidade nas áreas: social, econômica, familiar, política, cultural, ambiental e tecnológica.	

#### **2.1.1.1. Constatação:**

A Prefeitura Municipal não complementou o registro no Sistema SICONV da prestação de contas do Convênio nº 39/2009 destinado à aquisição de alimentos da agricultura familiar.

#### **Fato:**

Em 08/12/2009, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS firmou com a Prefeitura de Formiga/MG o Convênio nº 39/2009 (SIAFI nº 705046/2009), que teve como objeto a “aquisição de alimentos da agricultura familiar e sua destinação para o atendimento das demandas de suplementação alimentar de programas sociais locais, com vistas à superação da vulnerabilidade alimentar de parcela da população”. O valor do convênio foi de R\$487.704,13, sendo R\$448.687,80 do MDS desembolsados em três parcelas de R\$149.562,60 nos exercícios financeiros de 2009, 2010 e 2011, e R\$39.016,33 de contrapartida municipal.

O projeto em tela inseriu-se, conforme Lei nº 10.696/2003, no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar – CDLAF, que facilita a aquisição dos gêneros alimentícios para serem doados aos programas e entidades sociais ligados à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (merenda escolar, creches, hospitais, restaurantes populares, cozinhas comunitárias).

A data limite para prestação de contas do Convênio nº 39/2009 (SIAFI nº 705046/2009) foi 30/11/2012. Em 13/12/2012, de acordo com o Ofício nº 0142/12-Gab, a Prefeitura enviou ao MDS a prestação de contas “física” do convênio, mas, até 27/03/2013, não havia finalizado o registro destes dados no sistema SICONV, e, por isto, a sua situação constava como “aguardando prestação de contas”.

Salienta-se que cabe à Prefeitura priorizar a solução da referida pendência, inclusive para evitar atraso na liberação de outros pactos com a União.

## **Manifestação da Unidade Examinada:**

Por meio do Ofício nº 131/2013, de 26/04/2013, a Prefeitura Municipal de Formiga apresentou a seguinte manifestação, editada apenas no nome de pessoas a fim de preservá-las:

"Informamos que em todo o período do Convênio não houve um responsável direto pela coordenação operacional, administrativa/SICONV, para o Programa CDLAF (convênio em tela). A Equipe Técnica do Departamento de Políticas Rurais era encarregada do trâmite junto aos Agricultores Familiares e ao cumprimento de objeto do Convênio. Foi indicada verbalmente uma servidora de outro departamento para a inserção dos documentos, o que nunca ocorreu.

Foi encaminhada, em 08 de agosto de 2012, Comunicação Interna ao então Secretário de Desenvolvimento Econômico, solicitando providências sobre a prestação de contas do Programa CDLAF e explicando as condições do Departamento de Políticas que não dispunha de pessoal e estrutura administrativa para realizar tal prestação de contas.

O Secretário solicitou para que encaminhasse a Comunicação Interna para o Gerente Municipal de Convênios, e assim procedemos. Não houve retorno da parte do Setor de Convênios (segue anexa cópia da Comunicação Interna).

Em 11 de outubro de 2012, foi encaminhada outra Comunicação Interna ao Setor de Convênios, à Controladoria Municipal, ao Chefe de Gabinete, ao Prefeito Municipal, ao Secretário de Desenvolvimento Econômico e por fim à Procuradoria. A CI encaminhava o Ofício nº 373/2012 – CSGSIA/DECOM/SESAN/MDS, para que fossem tomadas as devidas providências o mais rápido possível. Foi lembrado nessa CI que o Departamento de Políticas não contava com servidor habilitado no SICONV, e que nenhum documento havia sido inserido até então (segue anexa cópia da Comunicação Interna).

Por meio do Ofício 0129/2012 GAB, de 22 de outubro de 2012, o Prefeito solicitou aditamento no prazo para prestação de contas para que fosse estendido por mais 30 dias, ficando assim prorrogado até o dia 30/11/2012. Em 21 de novembro de 2012, por meio do Ofício 0141/2012GAB solicitando que o prazo de prestação de contas fosse estendido por mais 30 dias, sendo o prazo limite final até 29/12/2012; os prazos foram concedidos.

Devido o acúmulo de documentos referente ao período do Convênio, a funcionária que se disponibilizou a “aprender” às pressas sobre o SICONV para inserir os documentos, não tendo conhecimento de todo o processo, realizou a inserção do que foi possível, no entanto; os documentos em sua totalidade não puderam ser inseridos. O que foi informado à equipe de transição, juntamente com os relatórios pertinentes.

Onde consta: *‘Salienta-se que cabe à Prefeitura priorizar a solução da referida pendência, inclusive para evitar atraso na liberação de outros pactos com a União’* - Informamos que fomos orientados pela Coordenadora Geral de Sistemas Locais de Abastecimento Alimentar, E. C. S., através de e-mail, em 28 de fevereiro de 2013, a elaborar ou seguir uma planilha em Excel enviada, constando dados dos pagamentos realizados a produtores e aos prestadores de serviço; a planilha conta com Número da Nota Fiscal, Data de Emissão da NF, CPF do Favorecido, Nome do Favorecido, Subempenho, Valor Bruto do Documento de Liquidação (Nota Fiscal), Valor dos Tributos, Valor Líquido do Documento de Liquidação (Notas Fiscais), Tipo de Documento Bancário, Nº do Documento Bancário, Data do Pagamento e no fim da Planilha o Total de Recurso pago. Foi feita uma planilha para o ano de 2010, 2011 e 2012 de execução do Programa.

Falta agora a inserção destas planilhas no SICONV.”

## **Análise do Controle Interno:**

A argumentação apresentada pela Administração Municipal confirma que, em 26/04/2013, um mês após a fiscalização realizada, ainda não foi complementada pela Prefeitura a necessária inserção de dados no sistema SICONV.

<b>Ação Fiscalizada</b>
<b>Ação:</b> 2.1.2. 8930 - Apoio à Implantação de Bancos de Alimentos e Mercados Públicos <b>Objetivo da Ação:</b> Apoio à implantação de sistemas de produção e treinamento, para a melhoria de condições socioeconômicas de comunidades em risco de segurança alimentar e nutricional.

<b>Dados Operacionais</b>	
<b>Ordem de Serviço:</b> 201306865	<b>Período de Exame:</b> 30/11/2009 a 30/11/2013
<b>Instrumento de Transferência:</b> Convênio 715117	
<b>Agente Executor:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	<b>Montante de Recursos Financeiros:</b> R\$ 326.086,96
<b>Objeto da Fiscalização:</b> Implantação de sistema de produção e/ou treinamento. O projeto de ampliação e modernização do Banco de Alimentos se faz necessário para o Município de Formiga, tendo em vista as condições de vulnerabilidade social e alimentar da população formiguense.No Município são diversas entidades que são beneficiadas com o recebimento de doações do BA. O atendimento das famílias em risco social se faz necessário devido à crise econômica e o desemprego que se encontram instalados no município.	

#### **2.1.2.1. Constatação:**

Morosidade da Prefeitura em solucionar pendências junto à Caixa para execução de Contrato de Repasse.

#### **Fato:**

Em 30/11/2009, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, por intermédio da Caixa Econômica Federal – Caixa, firmou com a Prefeitura de Formiga/MG o Contrato de Repasse nº 0304648-43/2009/MDS/Caixa que tem como objeto “elaborar Projeto básico e executivo, modernizar e equipar o Banco de Alimentos do município de Formiga”. O valor do contrato de repasse é de R\$326.086,96, sendo R\$300.000,00 do MDS e R\$26.086,96 de contrapartida municipal.

A vigência inicial, 30/11/2010, foi posteriormente prorrogada por meio de Aditivos para 30/11/2011, 30/11/2012 e finalmente, para 30/12/2013.

O recurso federal foi depositado na conta vinculada ao Contrato de Repasse, na Caixa Econômica Federal, sendo R\$200.000,00 em 01/02/2010 e R\$100.000,00 em 04/01/2011.

De acordo com a cláusula Quinta do pacto, a Prefeitura deveria aguardar a finalização do processo de análise pós-contratual pela Caixa e a emissão da respectiva autorização formal para o início das obras e/ou realização dos serviços, mas isto não havia ocorrido até o término dos trabalhos de campo.



A Prefeitura de Formiga, mediante licitação na Modalidade Convite nº 03/2010, que teve abertura de propostas em 07/05/2010, firmou, em 24/05/2010, com a empresa Safra Engenharia Ltda.(CNPJ 03.417.527/0001-04) pelo valor de R\$13.367,50, o Contrato nº 045/2010, para “elaboração de projetos básicos e executivos” relativos à ampliação/modernização do Banco de Alimentos.

Devido à morosidade da Administração Municipal em solucionar pendências na documentação exigida pela Caixa, principalmente em relação à adequação do projeto de engenharia elaborado pela Safra Engenharia Ltda. (planilha orçamentária e especificação técnica dos materiais), somente em 03/10/2012, conforme Ofício nº 1811/2012/Agência Formiga/MG, houve a autorização para emissão da Ordem de Fornecimento para a elaboração do projeto de reforma e modernização.

No referido Ofício, a Caixa relacionou diversas pendências a serem resolvidas pela Prefeitura, tais como:

- a) Ata de Posse dos membros do COMSEA, pois o mandato estava expirado em 30/06/2011;
- b) Parecer técnico da vigilância sanitária;
- c) Justificativa para emissão de Ordem de Fornecimento para a Safra Engenharia Ltda. antes da autorização formal pela Caixa;
- d) Cópia da ART de fiscalização;
- e) Termo Aditivo prorrogando o contrato com a empresa Safra Engenharia;
- f) Inclusão de diversos documentos no sistema SICONV.

Questionada a respeito, em 21/03/2013, por meio da Solicitação de Fiscalização - SF nº 038023/008, a Prefeitura encaminhou, em 25/03/2013, por meio do OF nº 108/2013, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, a Comunicação Interna nº 016/2013, da Secretaria de Obras, informando que após as eleições municipais ocorridas em outubro/2012, houve um desencontro de informações e extravio de parte da documentação culminando pelo não atendimento das referidas solicitações, mas que “a documentação está sendo refeita, com previsão de que tudo esteja resolvido até o dia 10/04/2013, para possível aprovação pela Caixa e execução da obra, cujo cronograma é de 6 meses, ainda dentro da vigência do contrato que vence em 30/11/2013.”

Para evitar que o Município tenha que devolver o recurso que está depositado na conta vinculada na Caixa, é de vital importância que realmente sejam solucionadas imediatamente as pendências, e que logo a seguir, quando autorizado pelo Agente Financeiro, promova a licitação para “modernizar e equipar o Banco de Alimentos do município”, pois o Convênio expira no final de novembro deste ano.

#### **Manifestação da Unidade Examinada:**

A Prefeitura de Formiga apresentou, em 26/04/2013, por meio do Ofício nº 131/2013, assinado pelo Chefe do Gabinete do Prefeito, a seguinte argumentação:

"Informamos que parte da documentação para continuidade da análise técnica para execução da obra de ampliação e modernização do Banco de Alimentos foi enviada para a Caixa Econômica Federal e será complementada em remessa final até o próximo dia 30/04/2013, visto que não foi possível o atendimento integral na data acordada através da CI 016/2013 da Secretaria de Obras."

#### **Análise do Controle Interno:**

A própria Prefeitura, em sua manifestação, relata que, em 26/04/2013, um mês após o final dos

trabalhos de campo desta fiscalização, ainda havia pendências na documentação exigida pela Caixa Econômica Federal.

## 2.2. PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Ação Fiscalizada
<b>Ação:</b> 2.2.1. 8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) <b>Objetivo da Ação:</b> Dados cadastrais dos beneficiários atualizados; renda per capita das famílias em conformidade com a estabelecida na legislação do Programa; cumprimento das condicionalidades das áreas da educação e saúde; Programas/Ações municipais complementares ao Bolsa Família; e Instância de Controle Social do Programa atuante.

Dados Operacionais	
<b>Ordem de Serviço:</b> 201307427	<b>Período de Exame:</b> 01/01/2011 a 31/10/2012
<b>Instrumento de Transferência:</b> Execução Direta	
<b>Agente Executor:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	<b>Montante de Recursos Financeiros:</b> R\$ 5.367.252,00
<b>Objeto da Fiscalização:</b> Prefeituras Famílias pobres e extremamente pobres do município cadastradas no CadÚnico; Listas de beneficiários do PBF divulgada; Programas sociais complementares disponibilizados às famílias beneficiárias; Técnicos responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades designados e atuantes; Registro do acompanhamento das condicionalidades efetuado nos sistemas informatizados; Existência de um órgão de controle social atendendo ao critério de intersetorialidade e paridade entre governo e sociedade.	

### 2.2.1.1. Constatação:

Servidores municipais e estaduais beneficiários do Bolsa Família com renda *per capita* superior à estabelecida na legislação para permanência no Programa.

#### Fato:

O Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 10.836/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.209/2004 e suas alterações, tem por objetivo a transferência de renda diretamente às famílias pobres e extremamente pobres.

Nos termos do caput do art. 18 do Decreto nº 5.209/2004, com a redação dada pelo Decreto nº 6.917/2009, são consideradas pobres as famílias com renda familiar per capita de até R\$140,00 mensais e extremamente pobres as que auferem até R\$70,00 per capita.

O art. 2º, incisos I, II, III, da Lei nº 10.836/2004, com a redação dada pela Lei nº 11.692/2008, estatui os seguintes benefícios financeiros do Programa Bolsa Família: básico, variável e variável vinculado ao adolescente. O benefício básico, no valor de R\$70,00, é destinado somente às famílias que se encontram em situação de extrema pobreza. O benefício variável, no valor de R\$32,00 por

beneficiário até o limite de R\$160,00, é destinado às famílias que se encontram em situação de extrema pobreza ou pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrízes, crianças entre zero e 12 anos ou adolescentes até 15 anos. O benefício variável vinculado ao adolescente, no valor de R\$38,00 por beneficiário até o limite de R\$76,00, é destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 e 17 anos.

A partir de cruzamentos entre a Relação Anual de Informações - RAIS 2011, a base do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico (jan/2013) e a folha de pagamentos do Programa Bolsa Família - SIbec (fev/2013), foram identificadas 17 famílias de servidores da Prefeitura Municipal de Formiga/MG ou do Governo do Estado de Minas Gerais com indícios de renda "per capita" mensal superior à estabelecida na legislação para permanência no Programa.

Já a análise dos resultados de consultas ao sistema informatizado que armazena o Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, mantido pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV, realizadas em abril/2013, permitiu confirmar que 05 das 17 famílias citadas realmente apresentavam renda “per capita” mensal incompatível com as diretrizes do Programa Bolsa Família.

O quadro a seguir resume os dados concernentes às 5 famílias de servidor/funcionário da Prefeitura Municipal de Formiga ou do Estado de Minas Gerais com renda per capita mensal superior a ½ salário mínimo e/ou incompatível com as regras do PBF, inclusive com a respectiva renda averificada registrada no CadÚnico e a data de admissão indicada no CNIS. Foram considerados constantes todos os demais dados do cadastro familiar e os critérios de renda per capita estabelecidos no caput do art. 18 do Decreto nº 5.209/2004, com redação dada pelo Decreto nº 6.917/2009.

Servidores Públicos						Valores em R\$	
Código Familiar	NIS	CADÚNICO			RAIS/INSS	Renda per Capita Familiar resultante dos cruzamentos (1)	Vínculo
		Data Última Atualização	Qtd. de membros	Per Capita Familiar	Data de Admissão		
1731608403	12792930103*	19/09/2012	5	246,00	03/10/2011	350,55	Extinto em Out/2012
	16648883023				-		-
	16339813500				-		-
	10552096226				01/06/1977		Estatutário
	12441677588				-		-
1728280745	12935297123*	27/07/2010	2	255,00	01/06/2011	572,06	Estatutário
	16473171011				-		-
2568610050	12398706372*	13/06/2010	2	125,00	12/05/2011	508,43	Estatutário
	21247898999				-		-
2448955115	12764153122*	18/11/2009	5	99,00	10/05/2010	400,83	Estatutário
	12686746094				-		-
	16689317367				-		-
	16689317588				-		-
	10650419593				-		-
1453996729	16625828905*	04/03/2010	4	128,75	25/05/2007	224,24	Estatutário
	12360809050				01/12/2011		Extinto em

						Set/2012
	16276421163				-	-
	20917805512				-	-
*Titular familiar.						
(1) Renda per capita familiar resultante dos cruzamentos de dados do CadÚnico, do CNIS, do Sibec e da base de beneficiários do INSS e da RAIS.						

A existência de servidores/funcionários da Prefeitura Municipal recebendo benefícios do Bolsa Família, apesar da renda per capita incompatível, pode demonstrar falhas na gestão dos benefícios ou irregularidade nessas concessões, já que o gestor do PBF pode ter acesso tanto à ficha financeira (folha de pagamentos da Prefeitura) quanto ao cadastro dessas pessoas.

Por fim, há que serem feitos os seguintes destaques acerca dos casos indicados no quadro anterior:

- os rendimentos registrados no CadÚnico não refletiam a realidade das 05 famílias mencionadas, salientando que, conforme dispõe o art. 10 do Decreto Federal nº 6.135/2007, sempre que se constatar o registro de informações inverídicas no CadÚnico, tal situação invalidará o cadastro da família, o qual será passível de cancelamento quando constatada omissão de informação ou de prestação de informações falsas, nos termos do inciso VIII, art. 8º, da Portaria MDS nº 555/2005;

- em respeito à determinação contida no § 1º do art. 6º da Portaria MDS nº 617/2010, com redação dada pelo art. 14 da Portaria MDS nº 754/2010, devem ser adotados procedimentos de verificação para cancelamento dos benefícios do PBF por motivo de renda per capita superior ao limite permitido;

- se a necessária apuração do gestor do PBF revelar que a renda média mensal per capita não seja superior a ½ salário mínimo, mas incompatível com o recebimento de algum benefício segundo as regras do programa, dever-se-á adotar procedimentos de gestão dos benefícios, observando o disposto nos §§1º e 2º do art. 21 do Decreto nº 5.209/2004 c/c a Portaria MDS nº 617, de 11/08/2010;

- os resultados foram obtidos com base nos registros do CadÚnico, que nem sempre refletem a realidade das famílias, haja vista que muitas vezes estas omitem informações, especialmente quanto à sua composição, o que implica dizer que podem existir outros servidores/funcionários da Prefeitura Municipal de Formiga/MG que integrem famílias beneficiárias do PBF e que não estejam registrados no CadÚnico, não se podendo afastar a possibilidade de existência de outros casos de mesma natureza, tampouco de famílias de servidores/funcionários que estejam com renda incompatível com o recebimento de algum benefício (básico ou variável).

### **Manifestação da Unidade Examinada:**

Em resposta ao Relatório Preliminar, encaminhado em 16/04/2013 por meio do Ofício nº 11799/2013/CGUMG/PR, a Prefeitura Municipal de Formiga/MG, mediante o Ofício nº 131/2013, de 26/04/2013, apresentou a seguinte manifestação:

*“Com relação aos servidores municipais e estaduais beneficiários do Bolsa Família com renda per capita superior à estabelecida na legislação para permanência no Programa, justifica-se que as famílias identificadas foram orientadas – pelas equipes de referência dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e pela assistente social desta Secretaria – a realizarem a atualização cadastral.*

*Constata-se que algumas famílias já realizaram o recadastramento, informando a real renda familiar, que por sinal, está acima do limite estipulado pelo Programa, mas mesmo assim, o benefício continuou liberado, pois o próprio sistema SIBEC (Sistema de Benefícios ao Cidadão) e*

*nem o município, bloquearam ou cancelaram o benefício. Nestas situações, assim que identificado a situação liberada do benefício, este foi bloqueado ou cancelado imediatamente”.*

Os quadros a seguir também constaram da manifestação do gestor.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS do beneficiário</b>	<b>Resp. Fam.</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
1731608403	12792930103	W.S.N.	19/09/2012	R\$ 246,00	R\$ 418,66	03/10/2011	Liberado R\$134,00 desde 12/01/2010
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro foi atualizado em 19/09/2012 com uma renda per capita de R\$246,00. Mesmo que a renda informada pela família não seja compatível com a renda identificada pela RAIS e INSS, a mesma está acima do limite estipulado pelo Programa Bolsa Família, e mesmo assim, após atualização cadastral, o benefício continuou liberado, pois não houve bloqueio/cancelamento por parte do município e nem do próprio sistema SIBEC (Sistema de Benefícios ao Cidadão). Sendo assim o benefício da família foi bloqueado por renda per capita familiar acima do limite estipulado.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 19/03/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS do beneficiário</b>	<b>Resp. Fam.</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
1728280745	12935297123	R. N. S.	27/07/2010	R\$ 255,00	R\$ 421,34	01/06/2011	Liberado R\$102,00 desde 17/09/2007
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro foi atualizado com uma renda per capita de R\$255,00. Mesmo que a renda informada pela família não seja compatível com a renda identificada pela RAIS e INSS, a mesma está acima do limite estipulado pelo Programa Bolsa Família, e mesmo assim, após a atualização cadastral, o benefício continuou liberado, pois não houve bloqueio/cancelamento por parte do município e nem do próprio sistema SIBEC (Sistema de Benefícios ao Cidadão). Sendo assim o benefício da família foi bloqueado por renda per capita familiar acima do limite estipulado.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 19/03/2013.							

<b>Código</b>	<b>NIS do</b>	<b>Resp.</b>	<b>Data de</b>	<b>Per capita</b>	<b>Per capita</b>	<b>Data de</b>	<b>Situação do benefício de acordo com</b>
---------------	---------------	--------------	----------------	-------------------	-------------------	----------------	--

<b>Familiar</b>	<b>beneficiário</b>	<b>Fam.</b>	<b>atualização</b>	<b>CadÚnico</b>	<b>RAIS e INSS</b>	<b>admissão</b>	<b>o SIBEC (consulta municipal)</b>
2568610050	12398706372	N.C.C.N.	13/06/2010	R\$ 125,00	R\$ 355,89	12/05/2011	Liberado R\$32,00 desde 06/08/2010

**Justificativa:**

Em 25/03/13 foi realizada visita domiciliar, pois o cadastro desta família estava com uma renda per capita no valor de R\$125,00, a qual diverge da renda identificada pela RAIS e INSS. Durante a visita o esposo de Sra. N., informou que ambos exercem atividades remuneradas, recebendo mensalmente em media dois salários mínimos, renda esta que ultrapassa o limite estipulado pelo programa. Após a visita, Sra. N. compareceu ao Setor do Programa Bolsa Família em 04/04/2013 e realizou a atualização cadastral, a qual comprovou que a renda per capita familiar impossibilita a família o recebimento do benefício, por isso o mesmo foi bloqueado.

Ação municipal: bloqueio do benefício foi realizado em 12/04/2013.

Obs: houve a morosidade do bloqueio do benefício, visto que o SIBEC ficou fora do ar por vários dias, impossibilitando qualquer ação com os benefícios.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS do beneficiário</b>	<b>Resp. Fam.</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
2448955115	12764153122	R.G.O.	18/11/2009	R\$ 99,00	R\$ 482,26	10/05/2010	Bloqueado R\$64,00 desde 08/02/2013

**Justificativa:**

Em 22/03/2013 foi realizada visita domiciliar no endereço informado no Cadastro Único para averiguar a realidade socioeconômica desta família, visto que o cadastro está desatualizado há mais de dois anos. Porém a mãe de R. G. O. informou que ele não reside mais no município de Formiga há cerca de 3 (três) anos. Por isso o benefício permanecerá bloqueado como já estava.

Ação municipal: bloqueio do benefício em 19/03/2013.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS do beneficiário</b>	<b>Resp. Fam.</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
1453996729	16625828905	R.T.S.A.	04/03/2010	R\$ 128,75	R\$ 384,75	25/05/2007	Bloqueado R\$64,00 desde 05/06/2010

**Justificativa:**



Em março/2013 foi realizada visita domiciliar no endereço informado no Cadastro Único para averiguar a realidade socioeconômica desta família, visto que o cadastro estava desatualizado há mais de dois anos. Mas segundo informações de moradores da rua, a usuária não reside mais no endereço informado e outras pessoas não sabem para onde ela mudou. Por este motivo o benefício foi bloqueado e assim possivelmente a usuária compareça ao Setor do Programa Bolsa Família e regularize a situação de seu cadastro.

Ação municipal: bloqueio do benefício em 02/04/2013.

### **Análise do Controle Interno:**

Todos os casos apontados de renda superior foram reconhecidos como incompatíveis com os limites de renda estipulados pelo Bolsa Família. Mantém-se a constatação para que os bloqueios realizados possam ser contestados pelos beneficiários com novas informações, caso existentes.

Salienta-se que as irregularidades somente serão definitivamente solucionadas após a gestão de cancelamento dos benefícios por motivo de renda per capita superior à estabelecida no programa, por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em relação às famílias em que efetivamente for confirmada a renda per capita mensal superior a ½ salário mínimo.

#### **2.2.1.2. Constatação:**

Aposentados/pensionistas do INSS integrando famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com renda per capita superior à estabelecida na legislação para permanência no Programa.

#### **Fato:**

A partir de cruzamentos entre a Relação Anual de Informações - RAIS 2011, a base do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico (jan/2013), a folha de pagamentos do Programa Bolsa Família - Sibec (fev/2013) e a folha de pagamentos do INSS (julho/2012), foram identificadas 53 famílias de Formiga/MG com indícios de renda "per capita" mensal superior à estabelecida na legislação para permanência no Programa, das quais pelo menos 1 integrante é aposentado/pensionista do INSS.

Já a análise dos resultados de consultas ao sistema informatizado que armazena o Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, mantido pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV, realizadas em abril/2013, permitiu confirmar que 45 das 53 famílias citadas realmente apresentavam renda mensal per capita superior a ½ salário mínimo ou incompatível com o recebimento dos benefícios do Programa, tendo como parâmetro o disposto no art. 6º da Portaria MDS nº 617, de 11/08/2010.

Na tabela a seguir, são relacionadas as 45 famílias beneficiárias do Bolsa Família que se encontram com renda mensal incompatível com as diretrizes do Programa, confirmada no CNIS, e que possuem em sua composição aposentado/pensionista do INSS:

Aposentados/Pensionistas					Valores em R\$		
Código Familiar	NIS	CADÚNICO			RAIS/INSS	Renda per Capita Familiar resultante dos cruzamentos (1)	Vínculo
		Data Última Atualização	Qtd. de membros	Per Capita Familiar	Data Admissão Trabalhista / Início Benefício INSS		
	12135043569*				28/09/2007		INSS
	12455987541				03/04/2007		INSS

3404732235	12523686106	20/08/2012	4	311,00	01/03/2011	349,76	Extinto em Abr/2012
	20124925248				11/06/2010		Extinto em Jan/2013
3380139386	16612885352*	17/07/2012	2	25,00	19/02/2012	284,44	CLT/INSS
	22017548854				-		-
3368180924	20374978993*	11/07/2012	3	0,00	06/02/2006	677,18	INSS
	20374979000				-		-
	23614859270				-		-
3306809276	20131157587*	20/11/2011	2	622,00	14/10/2009	622,00	INSS
	20131157595				22/11/1988		INSS
3277492109	20919551267*	10/10/2012	1	622,00	19/06/2012	622,00	INSS
3269887426	20918898417*	12/04/2012	2	310,00	25/06/2008	622,00	INSS
	20918898409				06/11/1995		INSS
3213959561	20132859747*	27/02/2012	2	272,00	20/12/2011	584,49	INSS
	12312507465				01/04/2004		Estatutário
3174714303	12402003431*	13/01/2012	4	136,00	12/08/2010	238,17	CLT
	16937836016				01/08/2009		Extinto em Jul/2011
	23608597049				-		-
	23608676259				22/06/2010		INSS
3140292228	10247755440*	15/12/2011	2	0,00	08/05/2007	619,93	Extinto em Jul/2009
	12606751126				21/05/2009		INSS
3113986346	12408181145*	10/11/2011	1	40,00	10/12/2011	581,73	INSS
2651637653	12536035001*	01/06/2012	4	53,00	03/03/2011	237,79	CLT
	12607756989				-		-
	16311480655				-		-
	17051970192				12/01/1988		INSS
2561961508	10107120108*	26/12/2011	2	272,00	02/02/2012	667,50	INSS
	10437348064				12/04/2007		INSS
2530045780	12582386776*	12/04/2010	3	130,00	-	415,55	-
	12426212472				20/01/2006		INSS
	20407240394				-		-
2513090292	20125090557*	12/08/2010	1	50,00	22/07/2010	622,00	INSS
2504093489	10558410305*	01/03/2012	3	207,00	05/11/2011	384,32	INSS
	16111290496				07/05/2008		INSS
	16237224298				-		-
2486500502	17046827875*	27/01/2010	1	50,00	11/04/2012	518,33	INSS
2469166640	12849346138*	15/03/2012	2	50,00	01/06/2011	347,35	Extinto em Set/2011

	12803309094				21/11/2011		CLT
2102692787	20053677360*	25/08/2009	2	65,00	01/12/2011	539,59	CLT
	20409914147				01/07/2008		INSS
2002001430	10711344288*	28/03/2012	3	207,00	01/06/2009	281,61	CLT
	16489994969				-		-
	20374988549				-		-
1738168433	12658739127*	17/03/2010	1	50,00	28/02/2012	660,56	INSS
1704506948	20132853676*	22/10/2012	2	311,00	01/04/2008	779,75	CLT
	16296692367				-		-
1670433820	20929036543*	09/07/2011	3	126,00	22/08/1983	447,06	INSS
	10640211140				01/09/1982		INSS
	16648737280				-		-
1669111270	12762732095*	12/04/2010	2	65,00	11/12/1989	622,00	INSS
	12306753662				17/03/2011		Extinto em Jan/2012
1355371856	12637100135*	27/08/2012	3	300,00	13/12/2010	512,76	CLT
	16319826879				-		-
	16110120260				30/09/2003		INSS
1289219516	12130932780*	26/10/2011	4	147,00	21/03/2011	377,33	Extinto em Jun/2011
	16359710901				-		-
	16130754710				21/05/2009		INSS
	16359499925				12/11/2009		CLT
630182922	16122000818*	26/09/2012	3	0,00	29/10/2002	414,67	INSS
	16424105132				-		-
	16599926828				20/09/2005		INSS
584259697	12386256873*	13/09/2012	2	311,00	09/07/2003	622,00	INSS
	16421084363				01/03/2011		INSS
584258704	10425982308*	10/04/2012	1	0,00	28/02/1997	622,00	INSS
471153788	12464235395*	07/01/2010	1	60,00	04/04/2011	622,00	INSS
469675241	16176806497*	30/01/2012	3	13,00	01/11/2010	782,81	INSS
	16002094157				01/11/2011		CLT
	16647894145				-		-
469656700	16239874184*	12/09/2012	1	622,00	14/05/2005	588,00	INSS
469651571	16413614650*	19/12/2011	1	0,00	31/10/2011	622,00	INSS
459131702	10893629720*	19/12/2012	3	96,00	01/04/2011	393,49	CLT
	16412747584				-		-
	16239194744				28/04/2008		INSS
454225598	16001945595*	18/06/2012	4	41,00	17/11/2010	360,71	CLT
	12757151098				14/02/2011		CLT
	16002376454				11/08/2010		CLT
	16238975556				-		-
454195230	12274260607*	26/06/2009	2	35,00	03/05/2011	99,58	CLT

	16238727137				-		-
454188960	16412458965*	15/10/2012	3	456,00	11/08/2010	262,54	CLT
	16110502015				-		
	16412646281				14/02/2011		Extinto em Abr/2004
454165757	12475537398*	12/07/2010	4	135,25	11/08/2011	350,12	CLT
	16238972131				-		-
	16238787091				-		-
	16177115692				02/08/2010		CLT
222156627	16394683680*	24/03/2010	4	127,50	10/07/2004	456,33	INSS
	16001706728				22/08/2011		CLT
	16176764905				03/01/2011		CLT
	16570473450				-		-
213512521	12314171642*	06/01/2012	1	50,00	02/10/2008	622,00	INSS
213500515	16002349570*	17/03/2010	6	154,16	30/09/2010	1.963,08	INSS
	16220252048				13/04/2009		INSS
	16526886443				-		-
	16569808304				-		-
	16527066563				01/09/2010		CLT
	13021133133				07/01/2011		Extinto em Mai/2012
3232630626	22012576671*	19/06/2012	4	155,00		155,50	INSS
	22012589056				-		-
	10805943177				08/12/2011		Extinto em Ago/2011
	12106872757				-		Extinto em Set/2007
3170577310	10863039410*	28/09/2012	1	622,00	02/02/2004	660,00	INSS
2133363831	12049968274*	10/03/2011	1	60,00	14/02/2011	622,00	CLT
2012447481	16527345926*	07/11/2011	3	181,00	16/04/2010	211,73	CLT
					04/04/2007		Extinto em Dez/2010
	16665563848				-		-
	16506331381						
213515032	16526962301*	17/03/2010	4	250,12	01/02/1992	395,73	INSS
	16394183823				-		-
	16527096985				17/06/2009		CLT
	16219912056				-		-
*Titular familiar.							
(1) Renda per capita familiar resultante dos cruzamentos de dados do CadÚnico, do CNIS, do Sibec e da base de beneficiários do INSS e da RAIS.							

Salientando que, conforme dispõe o art. 10 do Decreto Federal nº 6.135/2007, sempre que se

constatar o registro de informações inverídicas no CadÚnico, tal situação invalidará o cadastro da família, o qual será passível de cancelamento quando constatada omissão de informação ou de prestação de informações falsas, nos termos do inciso VIII, art. 8º, da Portaria MDS nº 555/2005.

Acrescenta-se que, segundo a determinação contida no § 1º do art. 6º da Portaria MDS nº 617/2010, com redação dada pelo art. 14 da Portaria MDS nº 754/2010, devem ser adotados procedimentos de verificação para cancelamento dos benefícios do PBF por motivo de renda per capita superior ao limite permitido.

Vale ressaltar que as consultas ao CNIS partiram da identificação de famílias com rendas mensais per capita superiores a ½ salário mínimo, segundo dados de benefícios do INSS no mês de julho/2012, não se podendo afastar a possibilidade de existência de outros casos de mesma natureza, tampouco de famílias que estejam com renda incompatível com o recebimento de algum benefício (básico ou variável), mormente pelo fato de que as inferências foram baseadas nas composições familiares registradas no CadÚnico, que nem sempre refletem a realidade das famílias.

### **Manifestação da Unidade Examinada:**

Em resposta ao Relatório Preliminar, encaminhado em 16/04/2013 por meio do Ofício nº 11799/2013/CGUMG/PR, a Prefeitura Municipal de Formiga/MG, mediante o Ofício nº 131/2013, de 26/04/2013, apresentou a seguinte manifestação:

*“Com relação aos aposentados/pensionistas do INSS integrando famílias do Programa Bolsa Família com renda per capita superior à estabelecida na legislação para permanência no Programa, justifica-se que as famílias identificadas foram orientadas – pelas equipes de referência dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e pela assistente social desta Secretaria – a realizarem a atualização cadastral.*

*Constata-se que algumas famílias já realizaram o recadastramento, informando a real renda familiar, que por sinal, está acima do limite estipulado pelo Programa, mas mesmo assim, o benefício continuou liberado, pois o próprio sistema SIBEC e nem o município, bloquearam ou cancelaram o benefício por renda per capita acima. Nestas situações, assim que identificado a situação liberada do benefício indevidamente, este foi bloqueado ou cancelado”.*

Os quadros a seguir também constaram da manifestação do gestor.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
3404732235	12523686106	I.M.A.C.	20/08/2012	R\$ 311,00	R\$ 579,27		Liberado R\$70,00
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro foi atualizado em 09/08/2012 com uma renda de R\$622,00 referente a aposentadoria, pensão ou BPC de Sra. I.. Mesmo que a renda informada pela família não seja compatível com a renda identificada pela RAIS e INSS, a mesma está acima do limite estipulado pelo Programa Bolsa Família, e mesmo assim, após a atualização cadastral, o benefício continuou liberado, pois não houve o reconhecimento por parte do município e nem do próprio sistema SIBEC (Sistema de Benefícios ao Cidadão) que poderiam bloquear ou cancelá-lo. Sendo assim o benefício da família foi bloqueado por renda per capita familiar acima do limite estipulado.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 18/03/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
3380139386	16612885352	S.F.F.	17/07/2012	R\$ 25,00	R\$ 589,50	01/07/2010	Liberado R\$102,00 em 08/08/2012
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro foi atualizado em 17/07/12 com uma renda familiar de R\$622,00. Mesmo que a renda informada pela família não seja compatível com a renda identificada pela RAIS e INSS, a mesma está acima do limite estipulado pelo Programa Bolsa Família, e mesmo assim, após a atualização cadastral, o benefício continuou liberado, pois não houve o reconhecimento por parte do município e nem do próprio sistema SIBEC (Sistema de Benefícios ao Cidadão) que poderiam bloquear ou cancelá-lo. Sendo assim o benefício da família foi bloqueado por renda per capita familiar acima do limite estipulado.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 18/03/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
3368180924	203749778993	R. S.	11/07/2012	R\$ 0,00	R\$ 380,39		Liberado R\$212,00 em 08/08/2012
<b>Justificativa:</b>							
Em 25/03/13, foi realizada visita domiciliar e foi constatado que a família não possui perfil para recebimento do benefício, pois a renda advinda de pensão é de R\$1.017,00. Como até a presente data 16/04/13 a família não veio atualizar o cadastro, como foi orientado pela técnica de referência da família, o benefício será cancelado.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 16/04/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita</b>	<b>Per capita RAIS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC</b>
------------------------	------------	---------------------	----------------------------	-------------------	------------------------	-------------------------	--



				CadÚnico	e INSS		(consulta municipal)
3306809276	20131157595	L.M.S.	11/07/2012	R\$ 622,00	R\$ 622,00		Liberado R\$70,00 em 10/11/2004
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro foi atualizado em 06/08/12 com uma renda familiar de R\$1.244,00, advinda da aposentadoria de Sra. L. M. S. e do BPC Deficiente de P. H. S.. Diante do relatório de visita domiciliar realizada em 24/10/2012, a família realmente não possui perfil para recebimento do benefício, porém o mesmo continua liberado, pois não houve bloqueio/cancelamento por parte do município e nem do próprio sistema SIBEC (Sistema de Benefícios ao Cidadão). Sendo assim o benefício da família foi bloqueado por renda per capita familiar acima do limite estipulado.							
Ação municipal: visita domiciliar realizada e bloqueio do benefício em 18/03/2013.							

Código Familiar	NIS	Beneficiário	Data de atualização	Per capita CadÚnico	Per capita RAIS e INSS	Data de admissão	Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)
3277492109	20919551267	S.M.S.	10/10/2012	R\$ 622,00	R\$ 622,00		Cancelado em 22/02/2013
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro foi atualizado em 10/10/2012 com uma renda familiar de R\$622,00, advinda de aposentadoria, pensão ou BPC de Sra. S. M. S.. O benefício já foi cancelado pelo próprio sistema em 22/02/2013 por motivo de renda per capita superior a meio salário mínimo.							
Ação municipal: benefício já cancelado desde 22/02/2013.							

Código Familiar	NIS	Beneficiário	Data de atualização	Per capita CadÚnico	Per capita RAIS e INSS	Data de admissão	Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)
3269887426	20918898417	E. M. C. S.	12/04/2012	R\$ 310,00	R\$ 622,00		Liberado R\$70,00 em 03/02/2013
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro foi atualizado em 12/04/12 com uma renda de R\$622,00 advinda de aposentadoria, pensão ou BPC de Sr. J. R. S.. Portanto a família não possui perfil para recebimento do benefício, porém o mesmo continua liberado, pois não houve o reconhecimento por parte do município e nem do próprio sistema SIBEC (Sistema de Benefícios ao Cidadão) que poderiam bloquear ou cancelá-lo. Sendo assim o benefício da família foi bloqueado por renda per capita familiar acima do limite estipulado.							
Ação municipal: bloqueio do benefício realizado em 18/03/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
3213959561	20132859747	M. N. S. S.	27/02/2012	R\$ 272,00	R\$ 368,93		Liberado em 04/04/2012
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro foi atualizado em 27/02/2012 com uma renda de R\$622,00 de aposentaria, pensão ou BPC. Mesmo que a renda informada pela família não seja compatível com a renda identificada pela RAIS e INSS, a mesma está acima do limite estipulado pelo Programa Bolsa Família, e mesmo assim, após a atualização cadastral, o benefício continuou liberado, pois não houve o reconhecimento por parte do município e nem do próprio sistema SIBEC (Sistema de Benefícios ao Cidadão) que poderiam bloquear ou cancelá-lo. Sendo assim o benefício da família foi bloqueado por renda per capita familiar acima do limite estipulado.							
Ação municipal: cancelamento do benefício em 18/03/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
3174714303	23608597049	N. M. C. A		R\$ 136,00	R\$ 461,52	04/04/2002	Liberado R\$32,00 desde 10/03/2012
<b>Justificativa:</b>							
Houve a tentativa de visita domiciliar em 22/03/13, mas a beneficiária não foi encontra. Desta forma foi deixado um comunicado solicitando que a beneficiária comparecesse ao Setor do Programa Bolsa. Em 26/03/13, a beneficiária realizou o recadastramento informando uma renda per capita de R\$ 354,20. Mesmo que a renda informada no ato do recadastramento seja diferente da renda identificada pela RAIS e INSS, a família não possui perfil para recebimento do benefício.							
Ação municipal: cancelamento do benefício em 26/03/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
------------------------	------------	---------------------	----------------------------	----------------------------	-------------------------------	-------------------------	---

3140292228	12606751126	E. A G.	15/12/2011	R\$ 0,00	R\$ 583,74		Liberado R\$70,00 em 10/03/2012
<b>Justificativa:</b>							
Em 25/03/2013 foi realizada visita domiciliar para verificar a realidade socioeconômica da família e constatou-se que a renda per capita familiar é de R\$678,00, por isso o benefício foi cancelado por renda per capita acima do limite estipulado pelo Programa Bolsa Família.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 26/03/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
2651637653	12536035001	M. F. B. F.	01/06/2012	R\$ 53,00	R\$ 350,98	03/03/2011	Liberado R\$102,00 em 21/09/2012
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro foi atualizado em 01/06/2012 com uma renda de R\$622,00, referente ao trabalho formal de Sr. M. e mesmo após a atualização cadastral, o benefício continuou liberado, pois não houve o reconhecimento por parte do município e nem do próprio sistema SIBEC (Sistema de Benefícios ao Cidadão) que poderiam bloquear ou cancelá-lo. Sendo assim o benefício da família foi bloqueado por renda per capita familiar acima do limite estipulado.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 18/03/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
2561961508	10107120108	M. F. A. C.	26/12/2011	R\$ 272,00	R\$ 622,00		Liberado R\$70,00 em 10/07/2010
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro foi atualizado em 26/12/11 com uma renda de R\$545,00, advinda de aposentadoria, pensão ou BPC de Sr. J. A. A. C.. Mesmo que a renda informada pela família não seja compatível com a renda identificada pela RAIS e INSS, a mesma está acima do limite estipulado pelo Programa Bolsa Família, e mesmo assim, após a atualização cadastral, o benefício continuou liberado, pois não houve o reconhecimento por parte do município e nem do próprio sistema SIBEC (Sistema de Benefícios ao Cidadão) que poderiam bloquear ou cancelá-lo. Sendo assim o benefício da família foi bloqueado por renda per capita familiar acima do limite estipulado.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
2530045780	12582386776	P. A. M. C.	12/04/2010	R\$ 130,00	R\$ 365,18		Liberado R\$38,00 em 08/08/2012
<b>Justificativa:</b>							
Em 20/03/2013 foi realizada visita domiciliar e as informações prestadas foram que Sra. P. é diarista e recebe R\$350,00 mensalmente; o companheiro Sr. D. está desempregado; o filho E. é costureiro e recebe um salário mínimo. A renda informada pela família durante a visita está acima do limite estipulado pelo programa e por isso o benefício será cancelado. A família foi orientada a realizar o recadastramento do CadÚnico.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 12/04/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
2513090292	20125090557	A. D. F.	12/08/2010	R\$ 50,00	R\$ 622,00		Liberado R\$70,00 em 05/06/2010
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro está vinculado ao município de Itapecerica/MG, visto que a última atualização cadastral em Formiga/MG, foi realizada em 01/03/2010; em 20/09/2010 foi realizado um recadastramento no município de Itapecerica. O benefício continua vinculado em Formiga, pois o SIBEC não realizou a migração para o atual município. Diante o exposto, o benefício será bloqueado por falta de atualização cadastral e por renda per capita acima do limite estipulado pelo programa, de acordo com informações detectadas pela RAIS e INSS.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 18/03/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
2504093489	10558410305	E. J. O. G.	01/03/2012	R\$ 207,00	R\$ 414,67		Liberado R\$70,00 em 05/06/2010

<b>Justificativa:</b>							
O cadastro foi atualizado em 01/03/2012 com uma renda de R\$622,00, advinda da aposentadoria, pensão ou BPC de Sr. E. J. O. G.. A família não possui perfil para recebimento do benefício, visto que a renda ultrapassa o limite estipulado pelo programa. Como o município e o próprio sistema SIBEC não reconheceram a renda acima, o benefício deve ser bloqueado.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 19/03/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
2486500502	17046827875	M. J. S.	27/01/2010	R\$ 50,00	R\$ 622,00		Bloqueado em 08/02/2013

<b>Justificativa:</b>							
O cadastro foi atualizado em 08/04/2013 e constatou-se que M. é beneficiário do BPC por deficiência com um salário mínimo. Como M. reside sozinho, ele não possui perfil para receber o benefício do Bolsa Família, por isso o benefício permanecerá bloqueado.							
Ação municipal: permaência do bloqueio.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
2469166640	12849346138	M. A. S.	15/03/2012	R\$ 50,00	R\$ 563,24	01/06/2011	Liberado R\$70,00 em 29/01/2010

<b>Justificativa:</b>							
Foi realizada visita domiciliar e constatou-se uma renda familiar de R\$968,00 mensais, proveniente auxílio doença e venda do plantio de produtos agrícolas. Sendo assim a família não possui perfil para recebimento do benefício. Sra. M. A. foi orientada a realizar o recadastramento e desta forma já compareceu ao Setor do Programa e solicitou o desligamento voluntário do CAD ÚNICO.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 17/04/2013.							

				<b>Per</b>	<b>Per capita</b>		<b>Situação do benefício</b>
--	--	--	--	------------	-------------------	--	------------------------------

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>capita CadÚnico</b>	<b>RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
2102692787	20053677360	A. B. G.	25/08/2009	R\$ 65,00	R\$ 511,33	01/12/2011	Bloqueado R\$70,00 em 08/02/2013
<b>Justificativa:</b>							
Em 20/03/13 foi realizada visita domiciliar e constatado que Sr. A. é servente de pedreiro e Sra. V. R. é pensionista. Somando as rendas o valor total é de R\$1.356,00 a qual ultrapassa o limite exigido pelo programa. A família foi orientada a realizar o recadastramento, mas até a presente data (08/04/13) não o fez e o benefício permanecerá bloqueado.							
Ação municipal: visita domiciliar realizada e o benefício continuará bloqueado.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
2002001430	10711344288	J. J. M.	28/03/2012	R\$ 207,00	R\$ 505,38	01/06/2009	Liberado R\$32,00 em 01/08/2011
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro foi atualizado em 28/03/2012 com uma renda de R\$622,00 referente a aposentadoria, pensão ou BPC de J. J. M.. Mesmo que a renda informada pela família não seja compatível com a renda identificada pela RAIS e INSS, a mesma está acima do limite estipulado pelo Programa Bolsa Família, e mesmo assim, após a atualização cadastral, o benefício continuou liberado, pois não houve o reconhecimento por parte do município e nem do próprio sistema SIBEC (Sistema de Benefícios ao Cidadão) que poderiam bloquear ou cancelá-lo. Sendo assim o benefício da família foi bloqueado por renda per capita familiar acima do limite estipulado.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 19/03/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
1738168433	12658739127	C. L. C. R.	17/03/2010	R\$ 50,00	R\$ 622,00		Liberado R\$70,00 em 03/04/2010



<b>Justificativa:</b>							
Em 20/03/13 foi realizada visita domiciliar e as informações prestadas foram de que Sra. C. L. reside sozinha e tem como renda mensal o valor de R\$200,00 que provem da ajuda de seus dois filhos que não residem com ela. Esta ajuda é para custear os gastos diários da usuária. Mesmo que durante a visita domiciliar, Sra. C. não tenha declarado a renda de R\$622,00, identificada pela RAIS e INSS, ela não possui perfil para recebimento do benefício e este será bloqueado. A Sra. Carmem foi orientada a realizar o recadastramento, mas até a presente data (09/04/2013) não compareceu ao Setor do Programa Bolsa Família, por isso e outros motivos apresentados o benefício será bloqueado.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 23/04/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
1704506948	20132853676	E. M. S.	22/10/2012	R\$ 311,00	R\$ 365,89	01/04/2008	Liberado R\$102,00 em 15/06/2006
<b>Justificativa:</b>							
Em março/2013 houve a tentativa de visita domiciliar, mas não havia ninguém na residência, sendo assim foi deixado um comunicado para a usuária comparecer ao CRAS II e assim realizar o recadastramento. Até a presente data (02/04/2013) a usuária não compareceu ao equipamento, por isso o benefício foi bloqueado no intuito da beneficiária comparecer ao local e atualizar o cadastro.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 02/04/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
1670433820	20929036543	B. V. S.	09/07/2011	R\$ 126,00	R\$ 433,07		Liberado R\$32,00 em 10/09/2011
<b>Justificativa:</b>							
Em 22/03/2013 foi realizada visita domiciliar e contatou-se que a família possui uma renda per capita de R\$339,00. Mesmo que a renda diverge da renda identificada pela RAIS e INSS a família não possui perfil para recebimento do benefício, por isso o mesmo foi bloqueado e a usuária foi orientada a realizar a atualização cadastral.							
Ação municipal: visita domiciliar realizada e bloqueio do benefício em 02/04/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
1669111270	12762732095	M. C. J.	12/04/2010	R\$ 65,00	R\$ 955,25		Liberado R\$70,00 em 17/09/2007
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro foi atualizado em 12/04/2010 com uma renda de R\$130,00, referente ao trabalho informal de Sr. R. R. F., o que difere com a renda identificada pela RAIS e INSS. O cadastro estava desatualizado há mais de dois anos, mas em 03/04/2013, Sra. M. C. compareceu ao Setor do Bolsa Família para atualizar seu cadastro e a renda per capita informada é R\$200,00, acima do limite estipulado pelo programa.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 02/04/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
1355371856	12637100135	E. R. B.	27/08/2012	R\$ 300,00	R\$ 447,44	13/12/2010	Liberado R\$64,00 em 25/10/2011
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro foi atualizado em 27/08/2012 com uma renda familiar de R\$902,00, o que gera uma renda per capita de R\$300,00, que difere da renda identificada pela RAIS e INSS. Mesmo com a renda desatualizada, a família não possui perfil para recebimento do benefício, mas o mesmo continuou liberado.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 19/03/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
1289219516	1210932780	M. P. S.	26/10/2011	R\$ 147,00	R\$ 339,37	21/03/2011	Liberado R\$70,00 em 07/03/2010

<b>Justificativa:</b>
O cadastro foi atualizado com uma renda de R\$545,00 de M. P. S. e R\$545,00 de D. J. R.. Mesmo que a renda difere da renda per capita identificada pela RAIS e INSS, a família não possui perfil para recebimento do benefício. Como o benefício não foi bloqueado/cancelado pelo município ou pelo sistema, o mesmo será realizado.
Ação municipal: bloqueio do benefício em 19/03/2013.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
630182922	16122000818	D. R. O	26/09/2012	R\$ 0,00	R\$ 414,67		Cancelado R\$70,00 em 21/02/2013

<b>Justificativa:</b>
Foi realizada tentativa de visita domiciliar, mas a beneficiária não foi encontrada, desta forma foi comunicada para comparecer na Secretaria de Desenvolvimento Humano. A mesma atendeu o pedido e prestou as informações da realidade familiar. Declarou uma renda per capita de R\$452,00. Desta forma o benefício permanecerá cancelado.
Ação municipal: permanência do cancelamento do benefício.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
584259697	12386256873	M. A. O	13/09/2012	R\$ 311,00	R\$ 951,70	09/07/2003	Liberado R\$70,00 em 04/04/2012

<b>Justificativa:</b>
O cadastro foi atualizado com uma renda per capita de R\$311,00, o que diverge da renda identificada pela RAIS e INSS. Mesmo com a renda informada no cadastro, a família não possui perfil para recebimento do benefício, mas o mesmo continuou liberado até então. Sendo assim o benefício deve ser bloqueado.
Ação municipal: bloqueio do benefício em 19/03/2013.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta</b>
------------------------	------------	---------------------	----------------------------	----------------------------	-------------------------------	-------------------------	--

							<b>municipal)</b>
584258704	10425982308	M. V. S.	10/04/2012	R\$ 0,00	R\$ 622,00		Liberado R\$72,00 em 01/03/2010
<b>Justificativa:</b>							
Foi realizada visita domiciliar em 21/03/13 e as informações prestadas foram de que Sra. M. V. é beneficiária do BPC Idoso e seu filho exerce atividade remunerada formal, percebendo em media um salário mínimo mensal. A usuária foi orientada a comparecer ao setor do Programa Bolsa Família e regularizar a situação cadastral. Até a presente data (09/04/13) a usuária não compareceu ao equipamento, mas mesmo assim o benefício foi bloqueado devido a renda identificada durante a visita domiciliar.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 12/04/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
471153788	12464235395	O. C. L.	07/01/2010	R\$ 60,00	R\$ 622,00		Bloqueado R\$70,00 em 08/02/2013
<b>Justificativa:</b>							
A ultima atualização cadastral foi em 27/02/13, a qual foi informada uma renda no valor de R\$678,00 referente ao BPC Idoso de Sra. O.. Como o benefício encontra-se bloqueado por averiguação/auditoria e a família não possui perfil para recebimento do benefício, o mesmo continuará bloqueado.							
Ação municipal: permanência do bloqueio do benefício.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
469675241	16176806497	I. P.	30/01/2012	R\$ 13,00	R\$ 394,56	01/11/2010	Liberado R\$172,00 em 10/03/2012
<b>Justificativa:</b>							
Em 20/03/2013 foi realizada a tentativa de visita domiciliar, mas Sra. I. não reside mais no endereço informado no cadastro e os vizinhos não sabem para onde ela mudou. Sendo assim, o benefício será bloqueado para que Sra. I. procure o Setor do Programa Bolsa Família e faça atualização cadastral.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 12/04/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
469656700	16239874184	I. M. C.	12/09/2012	R\$ 622,00	R\$ 622,00		Cancelado desde 21/01/2013
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro de Sra. I. M. C. está atualizado com uma renda de R\$622,00 e o benefício já foi cancelado em 21/01/13 por motivo de renda per capita acima de meio salário mínimo.							
Ação municipal: permanência do cancelamento do benefício.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
469651571	16413614650	M. G. V.	19/12/2011	R\$ 0,00	R\$ 622,00		Liberado R\$72,00 em 05/02/2012
<b>Justificativa:</b>							
Em 20/03/2013 foi realizada visita domiciliar e as informações prestadas forma de que Sra. M. G. V. recebe pensão por morte do esposo no valor de um salário mínimo; Ela reside no domicílio com seus filhos S. V. e G. V, sendo um deles funcionário da Prefeitura Municipal de Formiga, recebendo uma renda superior a meio salário mínimo. Sra. C. foi orientada a realizar o recadastramento, mas até a presente data (09/04/2013) não compareceu ao Setor do Programa Bolsa Família, por isso e outros motivos apresentados o benefício será bloqueado.							
Ação municipal: bloqueio do benefício realizado em 12/04/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
459131702	10893629720	I. B. S.	19/12/2012	R\$ 96,00	R\$ 390,75	01/04/2011	Cancelado R\$102,00 em 11/03/2013
<b>Justificativa:</b>							
Em 24/04/13 foi realizada visita domiciliar e verificou-se que a única renda da família é							

proveniente do trabalho informal e eventual do Sr. I., como servente de pedreiro, no valor aproximado de R\$300,00. Ao analisar a carteira de trabalho de Sr. I., o mesmo trabalhava formalmente até 14/02/2013 e não está recebendo seguro desemprego. Percebe-se que a família não possui perfil para recebimento do benefício básico, mas continua tendo perfil para receber o benefício variável. Como o benefício está cancelado, a situação será revertida.

Ação municipal: visita domiciliar realizada e reversão do benefício.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
454225598	16001945595	A. S. P.	18/06/2012	R\$ 41,00	R\$ 432,15	17/11/2010	Cancelado R\$146,00 desde 16/01/2013

**Justificativa:**

Após visita domiciliar realizada em 12/04/2013, Sra. A. fez o recadastramento informando a real renda familiar, que provém da aposentadoria de Sr. A.. Residem somente os dois idosos na casa. Visto que a renda per capita ultrapassa o limite estipulado pelo programa, o benefício continuará cancelado.

Ação municipal: permanência do cancelamento do benefício.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
454195230	12274260607	M. G. M.	26/06/2009	R\$ 35,00	R\$ 499,42	03/05/2011	Bloqueado R\$72,00 desde 08/02/2013

**Justificativa:**

Foi realizada visita domiciliar e a usuária foi questionada sobre a renda identificada pela RAIS, porém ela alegou que desconhece estar recebendo qualquer benefício, pensão ou aposentadoria. Sra. M. foi orientada a procurar o INSS e solicitar o saldo de qualquer vínculo à agência e posteriormente ela levaria o extrato ao CRAS II para atualização cadastral.

Ação municipal: visita domiciliar realizada e através desta o parecer foi para que o benefício permaneça bloqueado até a usuária realizar o recadastramento.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício</b>
------------------------	------------	---------------------	----------------------------	----------------------------	------------	-------------------------	------------------------------

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
454188960	16412458965	L. M. P.	15/10/2012	R\$ 456,00	R\$ 706,66	11/08/2010	Cancelado R\$70,00 em 02/02/2013
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro está atualizado com uma renda per capita de R\$456,00, a qual não permite o recebimento do benefício. A renda informada difere da renda identificada pela RAIS. O benefício já está cancelado por renda per capita acima de meio salário mínimo.							
Ação municipal: permanência do cancelamento do benefício.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
454165757	12475537398	I. B. R.	12/07/2010	R\$ 135,25	R\$ 347,83	11/08/2011	Liberado R\$140,00 em 06/02/2008
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro está atualizado com uma renda de R\$541,00, referente ao trabalho formal de J. R. A. e o cadastro encontra-se desatualizado há dois anos. Por isso foi houve a tentativa de visita domiciliar, mas não havia ninguém na residência, sendo assim foi deixado um controle social para que a usuária compareça ao CRAS II e assim faça o recadastramento. Até a presente data (02/04/2013) a usuária não compareceu ao equipamento, por isso o benefício foi bloqueado.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 02/04/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
222156627	16394683680	M. A. C.	24/03/2010	R\$ 127,50	R\$ 351,88		Liberado R\$108,00 em 15/06/2006
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro está atualizado com uma renda de R\$510,00, referente a aposentaria, pensão ou BPC de M. A. C.. A família ainda recebe o benefício básico, mesmo com a renda per capita acima de R\$70,00.							

Ação municipal: o benefício foi bloqueado por recebimento indevido e falta de atualização cadastral há mais de dois anos.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
213512521	12314171642	M. L. A	06/01/2012	R\$ 50,00	R\$ 622,00		Liberado R\$70,00 em 15/10/2008
<b>Justificativa:</b>							
Em 22/03/2013 foi realizado visita domiciliar e renda per capita familiar é de R\$678,00. A usuária foi orientada a realizar a atualização cadastral visto que o cadastro encontra-se desatualizado, mas como a ainda não fez, o benefício será bloqueado por renda per capita acima do limite estipulado.							
Ação municipal: visita domiciliar realizada e benefício bloqueado em 02/04/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
213500515	16002349570	H. F. S.	17/03/2010	R\$ 154,16	R\$ 348,87		Liberado R\$102,00 em 09/02/2011
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro está atualizado com uma renda de R\$510,00 referente a aposentadoria, pensão ou BPC de Sr. J. I. S., mais R\$15,00 de S. A. S. e R\$400,00 de R. I. S., referentes a outras rendas exceto o bolsa família. Mesmo com a renda acima do limite estipulado pelo programa, o benefício ainda continua liberado, pois não houve reconhecimento por parte do município, nem do SIBEC para bloqueio/cancelamento do mesmo.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 19/03/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
3232630626	22012576671	I. S. R.	19/06/2012	R\$ 155,00	R\$ 846,10		Liberado R\$32,00 em 09/05/2012



<b>Justificativa:</b>							
O cadastro está atualizado com uma renda apenas de R\$622,00 referente a aposentadoria, pensão ou BPC de Sra. I. S. R.. Somente com a renda já informada no cadastro, o limite exigido pelo programa ultrapassa. Como o benefício ainda continua liberado, o mesmo será bloqueado.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 19/03/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
3170577310	10863039410	D. F. R.	28/09/2012	R\$ 622,00	R\$ 951,74	02/02/2004	Cancelado R\$70,00 desde 22/02/2013

<b>Justificativa:</b>							
O cadastro está atualizado com uma renda per capita de R\$622,00 e o benefício foi cancelado em 22/02/2013 por renda per capita superior a meio salário mínimo.							
Ação municipal: permanência do cancelamento do benefício.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
2133363831	12049968274	J. S. O	10/03/2011	R\$ 60,00	R\$ 467,08	14/02/2011	Liberado R\$70,00 em 06/08/2009

<b>Justificativa:</b>							
Foi realizada visita domiciliar em 24/04/13 e constatou-se que a renda per capita é de R\$962,66. Desta forma, a família foi orientada a realizar o recadastramento, mas antes disso o benefício da família será cancelado.							
Ação municipal: benefício cancelado em 25/04/2013.							

				<b>Per</b>	<b>Per capita</b>		<b>Situação do benefício</b>
--	--	--	--	------------	-------------------	--	------------------------------

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>capita CadÚnico</b>	<b>RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
2012447481	16527345926	V. C. L.	07/11/2011	R\$ 181,00	R\$ 365,78	16/04/2010	Liberado R\$102,00 desde 08/06/2011
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro foi atualizado com uma renda per capita de R\$181,00, mas mesmo assim o benefício continuou liberado, pois não houve bloqueio/cancelamento por parte do município e nem do próprio sistema. A renda diverge da renda identificada pela RAIS e INSS.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 19/03/2013.							

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Beneficiário</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita RAIS e INSS</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
213515032	16526962301	R. R. S.	17/03/2010	R\$ 250,12	R\$ 546,54	01/02/1992	Liberado R\$32,00 em 11/11/2011
<b>Justificativa:</b>							
O cadastro está com uma renda per capita de R\$250,00, a qual está acima do limite estipulado para recebimento do benefício, e ainda assim, o mesmo continua liberado, pois não houve reconhecimento por parte do município, nem do SIBEC para bloqueio ou cancelamento do benefício.							
Ação municipal: bloqueio do benefício em 22/03/2013.							

### **Análise do Controle Interno:**

As rendas dos núcleos familiares beneficiários apontados como possuidores de renda superior foram reconhecidas como incompatíveis com os limites de renda estipulados pelo Bolsa Família. Apenas no caso do beneficiário de NIS 10893629720, o gestor averiguou ser necessária a reversão do cancelamento. Assim, mantém-se a constatação para que os bloqueios realizados possam ser contestados pelos beneficiários com novas informações, caso existentes. Ressalta-se que não houve manifestação do gestor no caso do beneficiário de NIS 12408181145.

Salienta-se que as irregularidades somente serão definitivamente solucionadas após a gestão de cancelamento dos benefícios por motivo de renda per capita superior à estabelecida no programa, por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em relação às famílias em que efetivamente for confirmada a renda per capita mensal superior a ½ salário mínimo.

#### **2.2.1.3. Constatação:**

Beneficiários do Programa Bolsa Família com evidências de renda *per capita* superior à estabelecida

na legislação do Programa.

### Fato:

Em visita aos endereços da amostra de 30 famílias de beneficiários do Programa Bolsa Família no município, a fim de aferir a consistência das informações contidas no CadÚnico em janeiro/2013, foi constatada a existência de seis famílias que recebem o benefício básico, mas possuem renda per capita superior à estabelecida na legislação do Programa, de acordo com os dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais da Dataprev - CNIS e/ou informações do próprio titular, considerando os critérios do Informe nº 275. As divergências encontradas estão detalhadas a seguir:

FAMÍLIAS ENTREVISTADAS							
Código Familiar	NIS	CadÚnico			RAIS/INSS		
		Data última atualização	Qtde de membros	Per capita familiar	Data Admissão	Per capita apurada	Vínculo/Ativ.
708216668	16255574572	16/04/2012	11	R\$ 49,00	10/01/2012	125,44 (1)	CLT/INSS
	10693504002				30/07/2007		
454270119	Familiar não incluído	22/12/2011	5	R\$ 60,00	16/06/2011	309,94 (2)	CLT
1727505395	12250536130	31/10/2011	4	R\$ 238,00	01/02/2013	231,25 (3)	INSS
	16176951926						
2012447643	10873994768	16/01/2013	2	R\$ 311,00	Aposent.	330,28 (4)	INSS
3427288064	12424533727	31/08/2012	4	R\$ 205,00	11/08/2008	269,50 (5)	CLT
1536617121	20705151934	10/03/2011	3	R\$ 126,66	04/02/2013	395,81 (6)	CLT
(1) Família com seis adultos e cinco crianças. Dois trabalham e um é aposentado pelo INSS. No cálculo da renda per capita foi considerada somente a renda de um dos adultos, vínculo que consta no CNIS.							
(2) Família com três adultos e duas crianças. Dois adultos trabalham, sendo que um deles não está incluído no CadÚnico.							
(3) Família com quatro adultos.							
(4) Família de aposentado e filho de 17 anos.							
(5) Família com dois adultos que trabalham e duas crianças. Entretanto, a titular afirmou nunca ter recebido o benefício. Consta no SIBEC o valor de R\$102,00, liberado em fevereiro/2013.							
(6) Família composta por mãe, contribuinte individual (manicure) e dois filhos (um adolescente), sendo que os filhos têm vínculo empregatício, de acordo com o CNIS. Consta no SIBEC a liberação dos benefícios básico e variável (R\$102,00) em fevereiro de 2013. A titular afirmou nunca ter recebido o benefício.							

Também foi verificado que duas famílias receberam o benefício variável, mas a renda per capita familiar está acima da permitida pela legislação:

FAMÍLIAS ENTREVISTADAS							
Código Familiar	NIS	CadÚnico			RAIS/INSS		
		Data última atualização	Qtde de membros	Per capita familiar	Data Admissão	Per capita apurada	Vínculo/Ativ.
	12050030802				Contribuinte	508,50	Advogada

469685204	16413627809 12301859330	24/03/2010	4	R\$ 127,50	individual	(1)	Rep. Comercial
1539740951	16282738815	17/03/2010	5	R\$ 200,00	21/03/2012	257,04 (2)	CLT
(1) Família com três adultos e uma criança. Todos os adultos trabalham como autônomos. A titular é advogada e declarou receber dois salários mínimos e o marido, um salário. Pediu o cancelamento do benefício.							
(2) Família com dois adultos e três crianças.							

### Manifestação da Unidade Examinada:

Em resposta ao Relatório Preliminar, encaminhado em 16/04/2013 por meio do Ofício nº 11799/2013/CGUMG/PR, a Prefeitura Municipal de Formiga/MG, mediante o Ofício nº 131/2013, de 26/04/2013, apresentou a seguinte manifestação:

*“Em relação aos beneficiários do Programa Bolsa Família com evidências de renda per capita superior à estabelecida na legislação do Programa, menciona-se qual procedimento o município realizou com essas famílias que foram visitadas em uma amostra de 30 famílias beneficiárias.*

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Resp. Fam.</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita apurada</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
708216668	16127104751	***	16/04/2012	R\$ 49,00	R\$ 125,44	30/07/2007	Liberado R\$232,00 desde 05/06/2010

**Justificativa:** Uma vez que foi realizada visita/entrevista e identificada uma renda incompatível com a informada no CADÚNICO pela técnica da Controladoria Geral da União, sendo assim, a família deverá ser visitada novamente pela equipe técnica do CRAS I para as devidas orientações e atualização cadastral de acordo com a realidade informada. Mesmo com a real renda identificada, percebe-se que a família ainda continua possuindo perfil para recebimento do benefício, porém em menor valor.

**Ação municipal:** realização de visita domiciliar.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Resp. Fam.</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita apurada</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
454270119	16176882215	***	22/12/2011	R\$ 60,00	R\$ 309,94	16/06/2011	Liberado R\$134,00 desde 18/10/2010

**Justificativa:** Uma vez que foi realizada visita/entrevista e identificada uma renda incompatível com a informada no CADÚNICO pela técnica da Controladoria Geral da União, sendo assim, a família deverá ser visitada novamente pela equipe técnica do CRAS I para as devidas orientações e

atualização cadastral de acordo com a realidade informada. Mas para que a família não continue recebendo o benefício indevidamente o mesmo será bloqueado.

**Ação municipal:** realização de visita domiciliar e bloqueio do benefício em 24/04/2013.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Resp. Fam.</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita apurada</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
1727505395	16176951926	***	31/10/2011	R\$ 238,00	R\$ 231,25	01/02/2013	Liberado R\$70,00 desde 08/10/2010

**Justificativa:** Uma vez que realizada visita/entrevista foi identificada uma renda incompatível com a informada no CADÚNICO pela técnica da Controladoria Geral da União. De acordo com a última atualização cadastral, a renda informada no CADÚNICO já estava acima do limite estipulado pelo programa, mas não houve o reconhecimento por parte do município nem do SIBEC a realização do bloqueio/cancelamento do benefício.

**Ação municipal:** bloqueio do benefício em 24/04/2013.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Resp. Fam.</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita apurada</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
201244763	10873994768	***	16/01/2013	R\$ 311,00	R\$ 330,28	aposentado	Liberado R\$70,00 desde 05/06/2010

**Justificativa:** Uma vez que realizada visita/entrevista foi identificada uma renda incompatível com a informada no CADÚNICO pela técnica da Controladoria Geral da União. De acordo com a última atualização cadastral, a renda informada no CADÚNICO já estava acima do limite estipulado pelo programa, mas não houve o reconhecimento por parte do município nem do SIBEC a realização do bloqueio/cancelamento do benefício.

**Ação municipal:** bloqueio do benefício em 24/04/2013.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Resp. Fam.</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita apurada</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
3427288064	12424533727	***	31/08/2012	R\$ 205,00	R\$ 269,50	11/08/2008	Liberado R\$102,00 desde 05/10/2012

**Justificativa:** Uma vez que realizada visita/entrevista foi identificada uma renda incompatível com

a informada no CADÚNICO pela técnica da Controladoria Geral da União. De acordo com a última atualização cadastral, a renda informada no CADÚNICO já estava acima do limite estipulado pelo programa, mas não houve o reconhecimento por parte do município nem do SIBEC a realização do bloqueio/cancelamento do benefício.

**Ação municipal:** bloqueio do benefício em 24/04/2013.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Resp. Fam.</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita apurada</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
153661712	20705151934	***	10/03/2011	R\$ 126,66	R\$ 395,81	04/02/2013	Cancelado R\$140,00 desde 26/03/2013

**Justificativa:** Uma vez que realizada visita/entrevista foi identificada uma renda incompatível com a informada no CAD ÚNICO pela técnica da Controladoria Geral da União, sendo assim, a família deverá ser visitada novamente pela equipe técnica do setor Bolsa Família para as devidas orientações e atualização cadastral de acordo com a realidade informada. Ao verificar no SIBEC a situação do benefício, o mesmo está cancelado por reiterada ausência de saque.

**Ação municipal:** realização de visita domiciliar.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Resp. Fam.</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita apurada</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
46968520	12050030802	***	24/03/2010	R\$ 127,50	R\$ 508,80	Contrib. Ind.	Liberado R\$102,00 desde 05/06/2010

**Justificativa:** Uma vez que realizada visita/entrevista foi identificada uma renda incompatível com a informada no CADÚNICO pela técnica da Controladoria Geral da União, sendo assim, a família deverá ser visitada novamente pela equipe técnica do setor Bolsa Família para as devidas orientações e atualização cadastral de acordo com a realidade informada. Mas para que a família não continue recebendo o benefício indevidamente o mesmo será bloqueado até a atualização cadastral e posterior cancelamento do benefício como solicitada pela usuária.

**Ação municipal:** realização de visita domiciliar e bloqueio do benefício em 24/04/2013.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Resp. Fam.</b>	<b>Data de atualização</b>	<b>Per capita CadÚnico</b>	<b>Per capita apurada</b>	<b>Data de admissão</b>	<b>Situação do benefício de acordo com o SIBEC (consulta municipal)</b>
							Liberado

1539740951	16456582351	***	17/03/2010	R\$ 200,00	R\$ 257,04	21/03/2012	R\$64,00 desde 05/06/2010
------------	-------------	-----	------------	------------	------------	------------	---------------------------------

**Justificativa:** Uma vez que realizada visita/entrevista foi identificada uma renda incompatível com a informada no CAD ÚNICO pela técnica da Controladoria Geral da União. De acordo com a última atualização cadastral, a renda informada no CAD UNICO já estava acima do limite estipulado pelo programa, mas não houve o reconhecimento por parte do município nem do SIBEC a realização do bloqueio/cancelamento do benefício.

**Ação municipal:** bloqueio do benefício em 26/04/2013”.

### **Análise do Controle Interno:**

O gestor municipal adotou medidas iniciais visando ao saneamento das falhas, por meio de visitas às famílias beneficiárias para confirmar os recebimentos indevidos e consequente bloqueio do benefício. Todavia, as irregularidades somente serão definitivamente solucionadas após a gestão de cancelamento dos benefícios por motivo de renda per capita superior à estabelecida no programa, por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em relação às famílias em que efetivamente for confirmada a renda per capita mensal superior a ½ salário mínimo. Assim, mantém-se a constatação.

#### **2.2.1.4. Constatação:**

Registro de frequência no Sistema Projeto Presença dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, pelo gestor municipal, em desacordo com os encontrados nos diários de classe, impactando o acompanhamento das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

### **Fato:**

A análise dos dados extraídos do Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar - Projeto Presença e dos diários de classe de 76 alunos de seis escolas, selecionados por amostragem dentre as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, referente aos meses de outubro e novembro de 2012, revelou que quatro alunos foram registrados no Projeto Presença pelo gestor municipal como assíduos, apesar de apresentarem frequência inferior ao estipulado pelo Programa Bolsa Família, e três deles não foram localizados, conforme quadro a seguir:

Divergências entre o Projeto Presença e os diários de classe				
Escola Estadual Rodolfo de Almeida				
NIS do aluno	Registro de frequência			
	Sistema Presença		Diário de Classe	
	Out/2012	Nov/2012	Out/2012	Nov/2012
16589441414*	100%	100%	0,0%	0,0%
20707530592	100%	100%	58,3%	57,2%
16646665975	100%	100%	63,2%	63,2%
16264933148	100%	100%	aluno não encontrado	
16589642207	100%	100%	aluno não encontrado	
*aluna com 0% de frequência escolar desde agosto/2012.				
Escola Municipal Arlindo de Mello				

NIS do aluno	Registro de frequência			
	Sistema Presença		Diário de Classe	
	Out/2012	Nov/2012	Out/2012	Nov/2012
16588314028	100%	100%	71,0%	57,9%
<b>Escola Municipal Prof. Franklin de Carvalho</b>				
NIS do aluno	Registro de frequência			
	Sistema Presença		Diário de Classe	
	Out/2012	Nov/2012	Out/2012	Nov/2012
16412805134	100%	100%	aluno não encontrado	

Essas inconsistências no preenchimento do Sistema Projeto Presença indicam falhas no acompanhamento do Programa Bolsa Família no município, uma vez que os beneficiários devem ter frequência mínima à escola, de 75% ou 85%, a depender da idade do aluno, como contrapartida para o recebimento do benefício. O registro como frequentes no Sistema, dos alunos faltosos ou desistentes, e a não atualização das transferências dos alunos para outras unidades escolares podem resultar em pagamento indevido do benefício a famílias que não cumprem as condicionalidades do Programa, em desacordo ao que estabelecem a Lei nº 10.836 e o Decreto nº 5.209, ambos de 2004, citados a seguir:

*“Lei nº 10.836/2004: (...)*

*Art.3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento”.*

*“Decreto nº 5.209/2004: (...)*

*Art. 27 As condicionalidades do Programa Bolsa Família previstas no art. 3º da Lei nº 10.836, de 2004, representam as contrapartidas que devem ser cumpridas pelas famílias para a manutenção dos benefícios e se destinam a: (...)*

*Art. 37. A partir da data de publicação deste Decreto, o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família implicará aceitação tácita de cumprimento das condicionalidades a que se referem os arts. 27 e 28.”*

### **Manifestação da Unidade Examinada:**

Em resposta ao Relatório Preliminar, encaminhado em 16/04/2013 por meio do Ofício nº 11799/2013/CGUMG/PR, a Prefeitura Municipal de Formiga/MG, mediante o Ofício nº 131/2013, de 26/04/2013, apresentou as manifestações que seguem, elaboradas pelos representantes das escolas em que foram identificadas as falhas ora tratadas.

*“Em relação ao registro de frequência no Sistema Projeto Presença dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família em desacordo com os encontrados no diário de classe, explicita-se que o registro de frequência dos alunos é lançado pelas próprias escolas municipais, estaduais e privadas, enquanto o gestor municipal faz somente o acompanhamento junto as escolas no sentido de esclarecimentos de dúvidas, orientações sobre o sistema, forma de acesso e cadastramento dos diretores e operadores auxiliares. Desta forma, as escolas que registraram os alunos como assíduos, apesar de apresentarem frequência inferior, foram acionadas para prestarem esclarecimentos do que realmente ocorreu nestes registros, como segue abaixo.”*



(Obs: Foi anexada cópia da justificativa, de 24/03/2013, da E.E. Rodolfo Almeida à Prefeitura justificando a falha, bem como comprometendo-se a serem mais cuidadosos nos próximos registros).

*“Esta justificava que foi encaminhada pela escola, se refere aos alunos identificados a seguir:*

*- NIS 16589441414 – R.L.A.R., que de acordo com informações do CADÚNICO atualizadas em 2012, a mesma ainda permanece na E.E Rodolfo Almeida. Mas a família contactada para verificarmos a situação escolar da aluna.*

*- NIS 20707530592 – A.V.P.;*

*- NIS 16646665975 – V.I.O.S.;*

*- NIS 16264933148 – J.A.V., estuda atualmente na E.E Jalcira Santos Valadão, de acordo com as informações do CAD ÚNICO;*

*- NIS 16589642207 – R.F.C., segundo o CAD ÚNICO ainda estuda nesta escola, mas como o cadastro está desatualizado desde 2009, a família será contactada para realizar as devidas alterações cadastrais.”*

(OBS: Foi anexada cópia do Relatório, de 24/03/2013, da E.M. Prof. Franklin de Carvalho à Prefeitura informando que houve um equívoco na inclusão da aluna Lorraine).

*“Informa-se que esta aluna atualmente estuda na Escola Estadual Dr. Abílio Machado, de acordo com as informações do CADÚNICO.”*

(OBS: Também foi anexada cópia da justificativa, de 24/03/2013, da E.M. Arlindo de Mello à Prefeitura informando a origem da falha relativa ao aluno Renan).

*“Informa-se que este aluno atualmente estuda na Escola Estadual Dr. Abílio Machado, de acordo com as informações do CADÚNICO.”*

### **Análise do Controle Interno:**

O gestor municipal providenciou medidas para o saneamento das falhas no registro do Sistema Presença, por meio de ofícios às escolas municipais e estaduais para averiguar os motivos das incongruências, todavia, como essa ação não é capaz de modificar o fato verificado no município, mantém-se a constatação, também para que seu registro sirva de alerta para evitar sua reincidência futuramente.

## **2.3. PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

<b>Ação Fiscalizada</b>
<b>Ação:</b> 2.3.1. 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica <b>Objetivo da Ação:</b> Visa atender e acompanhar as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento às Famílias - PAIF, ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, nos CRAS itinerantes (embarcações) e pelas equipes volantes, bem como, ofertar Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de forma a atender demandas e necessidades específicas de famílias com presença de indivíduos.

Dados Operacionais	
<b>Ordem de Serviço:</b> 201307679	<b>Período de Exame:</b> 03/01/2011 a 31/01/2013
<b>Instrumento de Transferência:</b> Fundo a Fundo ou Concessão	
<b>Agente Executor:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	<b>Montante de Recursos Financeiros:</b> R\$ 306.000,00
<b>Objeto da Fiscalização:</b> CRAS - Unidade de Referência e Oferta do PAIF Recursos repassados pelo FNAS executados conforme objetivos do programa e outros normativos(contábil-financeiro, licitação); Fornecimento dos subsídios para funcionamento dos CRAS; Formulários e questionários de sistemas de monitoramento preenchidos; Plano de Providências atendido; Unidades Públicas - CRAS implantados e em funcionamento, oferecendo os serviços do PAIF, conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Protocolo de Gestão Integrada e Reoluções da CIT.	

### **2.3.1.1. Constatação:**

Centros de Referência em Assistência Social – CRAS não atendem às metas de desenvolvimento em relação às Dimensões Recursos Humanos e Atividades Realizadas.

#### **Fato:**

O município de Formiga/MG possuía dois CRAS em funcionamento em março de 2013, os quais foram visitados para a aferição das condições de funcionamento. Estas condições de funcionamento foram estabelecidas pela Resolução da Comissão Intergestora Tripartite – CIT nº 05/2010, com a pactuação de metas agrupadas em três dimensões: recursos humanos, estrutura física e atividades realizadas.

Por meio da inspeção aos dois CRAS do município, denominados CRAS I e CRAS II, constataram-se as seguintes falhas:

a) Em relação à Dimensão Recursos Humanos, em ambos os CRAS, verificou-se os seguintes quantitativos de técnicos informados pelo município no Censo SUAS e os verificados *in loco*, mediante entrevista com as coordenadoras dos CRAS:

Profissional	CRAS	Quantidade informada no Censo SUAS	Quantidade verificada
Técnicos de nível superior	CRAS I	3	5
	CRAS II	6	6
Técnicos de nível médio	CRAS I	6	0
	CRAS II	6	0
Assistentes Sociais	CRAS I	2	4
	CRAS II	1	4
Psicólogos	CRAS I	1	1
	CRAS II	3	2
Coordenador com vínculo estatutário	CRAS I	1	1
	CRAS II	0	0

Os quantitativos mencionados indicaram que houve um incremento do número de Assistentes

Sociais,

no entanto, não foi verificada a existência de 6 profissionais de nível médio nos dois CRAS do município.

E ainda, no caso do coordenador do CRAS II, existe profissional responsável pela coordenação, mas seu vínculo com o município não é estatutário. Trata-se de uma das profissionais contratadas por Pregão Presencial, conforme exposto em Constatação específica.

b) Em relação à Dimensão Atividades Realizadas, também em ambos os CRAS, foi informado pelo município no Censo SUAS que não se realizavam nos CRAS atividades de gestão do Território, compreendido como a articulação interinstitucional da rede de proteção social básica.

### **Manifestação da Unidade Examinada:**

Em resposta ao Relatório Preliminar, encaminhado em 16/04/2013 por meio do Ofício nº 11799/2013/CGUMG/PR, a Prefeitura Municipal de Formiga/MG, mediante o Ofício nº 131/2013, apresentou a seguinte manifestação:

*“A) Recursos Humanos – O número de Assistentes Sociais está correto para realizar o atendimento durante todo o período de funcionamento do equipamento, uma vez que este profissional pelas normas que regem a profissão tem carga horária diferenciada das demais.*

*Temos também nos dois equipamentos CRAS I e CRAS II a equipe volante que foi somada quando da visita dos auditores.*

*A NOB/SUAS –RH deixa claro sobre a contratação dos coordenadores dos CRAS: concursados com perfil, nível superior e com experiência em trabalhos sociais, mas não temos esta situação no município, pois não foi feito concurso para este cargo. Portanto para regularizar a situação dos coordenadores aguardamos o concurso. O mesmo acontece com o profissional de nível médio, específico para o trabalho nos CRAS.*

*B) Como é grande a preocupação da atual gestão com os programas e serviços levados à população, buscaremos capacitar os profissionais que compõem as equipes de referência dos CRAS para desenvolverem bem as atividades de gestão do território como a articulação interinstitucional da rede de proteção social básica”.*

### **Análise do Controle Interno:**

Quanto ao descumprimento da Dimensão Recursos Humanos, a Prefeitura Municipal argumentou que dispõe de quantitativo de assistentes sociais suficiente para o atendimento nos CRAS e que estes profissionais têm horário diferenciado, todavia, esse quesito não foi questionado pela equipe de fiscalização.

As falhas apontadas foram atinentes à quantidade de técnicos de nível de médio, pois não foi identificado nenhum profissional com esse nível de formação acadêmica nos dois CRAS visitados, além de haver apenas uma coordenadora em um dos CRAS, a qual não pertence ao quadro permanente da Prefeitura Municipal.

No tocante ao cargo de coordenador, a Prefeitura reconheceu não dispor em seus quadros efetivos e que, para atender essa exigência normativa, precisaria realizar concurso para efetivar a contratação, assim como no caso dos técnicos de nível médio.

Também foi informado que a equipe volante foi “somada” quando da visita da CGU, sem que fossem discriminados os quantitativos de profissionais que atuariam nessa equipe, tampouco sua qualificação para atuar nos atendimentos à população oferecidos nos CRAS.

Já em relação ao descumprimento da Dimensão Atividades Realizadas, a Prefeitura Municipal ratificou-o, informando que capacitará a equipe de referência dos CRAS, visando sanar a falha apontada.

Por não terem sido apresentados fatos novos capazes de modificar o entendimento da equipe de fiscalização, mantém-se o apontamento.



## 38ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 38019  
04/03/2013

### Capítulo Dois Formiga/MG

#### Introdução

Neste capítulo estão as situações detectadas durante a execução dos trabalhos de campo, a partir dos levantamentos realizados para avaliação da execução descentralizadas dos Programas de Governo Federais, cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **gestor municipal**. Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte dessas pastas ministeriais. Portanto, esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas às constatações relatadas nesse capítulo. Ressalta-se, no entanto, a necessidade de conhecimento e adoção de providências dos Órgãos de defesa do Estado no âmbito de suas respectivas competências.

As constatações estão organizadas por Órgãos Gestores e Programas de Governo.

#### 1. MINISTERIO DA EDUCACAO

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 01/01/2012 a 28/02/2013:

\* Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica

## Detalhamento das Constatações da Fiscalização

### 1.1. PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Ação Fiscalizada
<b>Ação:</b> 1.1.1. 8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica <b>Objetivo da Ação:</b> Cumprir as normas e orientações relativas à execução do programa; Executar os recursos repassados pelo FNDE para a aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar em conformidade com a legislação contábil, financeira e licitatória; Garantir a qualidade da alimentação fornecida; Fornecer contrapartida complementando os recursos federais recebidos; Disponibilizar informações ao gestor federal para cadastro de conselheiros, profissionais de nutrição e outras informações solicitadas.

Dados Operacionais	
<b>Ordem de Serviço:</b> 201307616	<b>Período de Exame:</b> 01/01/2012 a 28/02/2013
<b>Instrumento de Transferência:</b> Não se Aplica	
<b>Agente Executor:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	<b>Montante de Recursos Financeiros:</b> R\$ 487.868,00
<b>Objeto da Fiscalização:</b> Ente Estadual/Municipal executor da ação Processo de aquisição de alimentos e distribuição dos gêneros às escolas das redes estadual/municipal de ensino. Regular oferta de alimentação nas escolas de acordo com a legislação do programa em vigor. Correta constituição e atuação dos conselhos no acompanhamento da execução do programa.	

#### 1.1.1.1. Constatação:

Quantitativo de nutricionistas inferior ao previsto pelo Conselho Federal de Nutrição para acompanhamento da merenda escolar.

#### Fato:

O Município conta apenas com uma nutricionista para assunção de responsabilidade técnica e coordenação das ações no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em desacordo com a Resolução nº 465/2010, do Conselho Federal de Nutrição. Além do responsável técnico, os 3.709 alunos do ensino fundamental deveriam contar com três profissionais e aos 1826 alunos da educação infantil deveriam ser assistidos por outros quatro, vez que, para estes últimos, a referida Resolução prevê um nutricionista para cada grupo de 500 alunos ou fração. Desse modo, a prevalecer os parâmetros estabelecidos na legislação, o quadro funcional da Prefeitura para acompanhamento da merenda escolar deveria contemplar oito nutricionistas, sendo um o responsável técnico.

#### Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº 131/2013, de 26/04/2013, a Prefeitura Municipal de Formiga/MG apresentou a seguinte manifestação:

*“Para que o quadro de nutricionistas estivesse de acordo com a Resolução nº 465/2010 do Conselho Federal de Nutrição para a Execução Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE foram abertas vagas no quadro nutricionista para contratação através de Concurso Público, porém, o mesmo foi suspenso em janeiro de 2013, o que justifica o déficit no quadro de nutricionistas. Ressalta-se no entanto que medidas estão sendo tomadas de modo a celebrar o referido concurso público.”*

### **Análise do Controle Interno:**

A efetivação de concurso público para contratação de nutricionistas traria meios de solucionar a questão. A manifestação apresentada, contudo, não contestou os fatos apontados; mantém-se, portanto, a constatação.

#### **1.1.1.2. Constatação:**

Inexistência de diagnóstico do estado nutricional dos estudantes para efeitos de formulação do cardápio da merenda escolar.

### **Fato:**

A nutricionista responsável tecnicamente pelas ações de fornecimento da merenda escolar não elaborou documento que contivesse o diagnóstico do estado nutricional dos estudantes, de modo a subsidiar o planejamento do cardápio da alimentação escolar, de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, em descumprimento da Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE nº 38/2009, art. 14, § 1º. A Secretaria Municipal de Educação, mediante Ofício nº 37/13, de 15/03/2013, em resposta à Solicitação de Fiscalização nº 038023/02, de 12/03/2013, justificou a inexistência do diagnóstico pela carência de quadro técnico de nutricionistas, nos seguintes termos:

*“A elaboração do documento técnico relativo à avaliação Nutricional dos alunos da Rede Municipal de Ensino não foi apresentado por impossibilidade de realização do mesmo. Justifica-se pela defasagem do quadro técnico de profissionais de nutrição, implicando em falta de tempo hábil da nutricionista, que é responsável por realizar todas as atribuições do PNAE pertinentes a ela. (...)”*

Ressalta-se, que, apesar da indisponibilidade do diagnóstico, foram formulados cardápios para elaboração da merenda, com acompanhamento de sua aplicação nas escolas pela nutricionista responsável.

### **Manifestação da Unidade Examinada:**

Por meio do Ofício nº 131/2013, de 26/04/2013, a Prefeitura Municipal de Formiga/MG apresentou a seguinte manifestação:

*“Para que sejam cumpridas as exigências do FNDE em sua Resolução nº 38/2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE estão sendo analisadas as possibilidades de contratação de empresa terceirizada, qualificada e que esteja de acordo com os trâmites legais do processo de licitação, de modo a dar celeridade à execução deste item do PNAE, uma vez que os métodos de contratação de profissionais técnicos exigem maior tempo para elaboração.”*

### **Análise do Controle Interno:**

A Prefeitura não deveria adotar a providência de contratar empresa terceirizada para realização de diagnóstico nutricional, vez que, conforme disposto inequivocamente na Resolução FNDE nº 38/2009, art. 14, § 1º, “compete ao nutricionista responsável-técnico pelo Programa, e aos demais nutricionistas lotados no setor de alimentação escolar, coordenar o diagnóstico e o monitoramento do estado nutricional dos estudantes”. A manifestação apresentada, contudo, não contestou os fatos apontados; mantém-se, portanto, a constatação.

### **1.1.1.3. Constatação:**

Editais de pregão para aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar sem estipulação de critérios de aceitabilidade de preços.

#### **Fato:**

Ao longo de 2012, a Prefeitura Municipal de Formiga/MG aplicou R\$689.885,60 na aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo da merenda escolar, sendo R\$470.760,00 transferidos pelo Ministério da Educação, por meio do FNDE, e R\$219.125,60 decorrentes de recursos próprios. Para tanto, foram realizados processos licitatórios na modalidade pregão para registro de preços, abrangendo outros setores da Prefeitura (Pregões nº 007/12, 096/12, 129/12, 172/12, e 230/12). Embora constasse nos processos pesquisa de preços a balizar os valores a serem contratados, os editais não contemplaram critérios de aceitabilidade dos preços, em desacordo com a Lei nº 8.666/1993, art. 40, X, dispositivo que os estabeleceu como item obrigatório a constar no edital. Há que se esclarecer que a Lei nº 10.520/2002, que instituiu a modalidade licitatória de pregão, não obriga explicitamente que o edital contemple tais critérios, mas estipula, no art. 9º, a aplicação subsidiária do Estatuto Geral de Licitações. Ademais, para efeitos de se cumprir o art. 3º, XI, da Lei de Pregão (XI - *examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade*) a adoção destes critérios dotará o pregoeiro de argumentos objetivos a fundamentar suas decisões.

#### **Manifestação da Unidade Examinada:**

Por meio do Ofício nº 131/2013, de 26/04/2013, a Prefeitura Municipal de Formiga/MG apresentou a seguinte manifestação:

*“Os questionamentos ora levantados insurgem sobre o critério de julgamento previsto no edital convocatório, qual seja, o menor preço, apurado a partir do menor percentual aplicado sobre a tabela das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A.*

*Primeiramente, cabe destacar que o Edital atendeu aos parâmetros legais previstos nas leis 8.666/1993 e 10.520/2002, eis que não direcionou ou restringiu o Certame, zelando pela ampla participação das empresas, bem como pelo respeito ao princípio da igualdade entre os licitantes.*

*Em análise aos Pregões nº 007/12, 096/12, 129/12, 172/12 e 230/12, constata-se que não houve prejuízos para Administração, uma vez que os preços homologados estão em conformidade a cotação de preços realizada antes da abertura dos referidos processos.*

*Ressalta-se que conforme critério “TIPO” - menor preço, apurado a partir do menor percentual aplicado sobre a tabela das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – foi estipulado que o valor a ser homologado seria o menor percentual sobre a tabela podendo, destarte, haver propostas e lances com valores abaixo da tabela que seriam adjudicados e homologados.*

*Não obstante, o fato das empresas buscarem os produtos licitados no Ceasa/MG para venderem na Região, subtede-se que qualquer valor abaixo deste percentual acarretaria prejuízo aos licitantes,*



*o que tornaria o certame Deserto, gerando um transtorno ao Município, uma vez que se trata de aquisição de gêneros alimentício para atender a merenda escolar, em especial.*

*Para melhor esclarecimento e entendimento, anexa-se as atas de abertura, mapas de apurações analíticos e sintéticos, que demonstram que no ato de apuração das propostas bem como nos lances, o Pregoeiro não só se ateve aos preços pesquisados antes da abertura dos processos, como também as empresas participantes do certame estavam livres oferecerem seus lances ao objeto licitatório tendo apenas como referência a tabela do Ceasa/MG, vez que se constatou o Município homologou os valores dentro da média de mercado, conforme preços praticados na região.”*

#### **Análise do Controle Interno:**

Para atender ao disposto na Lei nº 8.666/1993, art. 40, X, quanto ao critério de aceitabilidade de preços, os editais licitatórios deveriam estipular uma referência de preços, de modo a fixar os valores máximos que a Administração estaria disposta a pagar, condição não contemplada nos processos analisados. Mantém-se, portanto, a constatação.

#### **1.1.1.4. Constatação:**

Pregão para aquisição de hortifrutigranjeiros destinados à merenda escolar com critério de julgamento das propostas equivalente à fixação de preço mínimo.

#### **Fato:**

Para aquisição de gêneros hortifrutigranjeiros para a merenda escolar e demais setores da Prefeitura, realizou-se o Pregão nº 096/12. O Edital estabeleceu como critério de julgamento das propostas o menor preço, a ser apurado a partir do menor percentual aplicado sobre a tabela das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - Ceasa. Esta fórmula, porém, equivale ao estabelecimento de preço mínimo, condição vedada pela Lei nº 8.666/1993, art. 40, X. Adotando-se o parâmetro de preços praticados externamente, deveria ser estipulado livre percentual em relação à referência, com possibilidade inclusive de se ser inferior a 100%, em função de condições particulares dos varejistas.

#### **Manifestação da Unidade Examinada:**

Por meio do Ofício nº 131/2013, de 26/04/2013, a Prefeitura Municipal de Formiga/MG apresentou a seguinte manifestação:

*“Os questionamentos ora levantados insurgem sobre o critério de julgamento previsto no edital convocatório, qual seja, o menor preço, apurado a partir do menor percentual aplicado sobre a tabela das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A.*

*Primeiramente, cabe destacar que o Edital atendeu aos parâmetros legais previstos nas leis 8.666/1993 e 10.520/2002, eis que não direcionou ou restringiu o Certame, zelando pela ampla participação das empresas, bem como pelo respeito ao princípio da igualdade entre os licitantes.*

*Em análise aos Pregões nº 096/12, constata-se que não houve prejuízos para Administração, uma vez que os preços homologados estão em conformidade a cotação de preços realizada antes da abertura dos referidos processos.*

*Ressalta-se que conforme critério “TIPO” - menor preço, apurado a partir do menor percentual aplicado sobre a tabela das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – foi estipulado que o valor a ser homologado seria o menor percentual sobre a tabela podendo, destarte, haver propostas e lances com valores abaixo da tabela que seriam adjudicados e homologados.*

Não obstante, o fato das empresas buscarem os produtos licitados no Ceasa/MG para venderem na Região, subteme-se que qualquer valor abaixo deste percentual acarretaria prejuízo aos licitantes, o que tornaria o certame Deserto, gerando um transtorno ao Município, uma vez que se trata de aquisição de gêneros alimentício para atender a merenda escolar, em especial.

Para melhor esclarecimento e entendimento, anexa-se as atas de abertura, mapas de apurações analíticos e sintéticos, que demonstram que no ato de apuração das propostas bem como nos lances, o Pregoeiro não só se ateve aos preços pesquisados antes da abertura dos processos, como também as empresas participantes do certame estavam livres oferecerem seus lances ao objeto licitatório tendo apenas como referência a tabela do Ceasa/MG, vez que se constatou o Município homologou os valores dentro da média de mercado, conforme preços praticados na região.”

### **Análise do Controle Interno:**

No Edital do Pregão 096/2012, item 5.1, consta o seguinte regramento, *in verbis*:

“5.1 – Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o **Menor Preço Unitário obtido através do menor Adicional Percentual sobre a tabela Ceasa.**” (negrito original)

A expressão “menor adicional”, constante do Edital, pressupôs que o preço da Ceasa seria o menor que os licitantes poderiam praticar, condição diversa, e alinhada com a manifestação apresentada pela Prefeitura, se houvesse a supressão do termo “adicional” (simplesmente “menor percentual”). Mantém-se, portanto, a constatação.

## **2. MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME**

Na Fiscalização realizada, por meio de Sorteios Públicos, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as Ações abaixo, referentes ao período de 30/11/2009 a 01/10/2012:

- \* Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar
- \* Apoio à Implantação de Bancos de Alimentos e Mercados Públicos
- \* Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)
- \* Serviços de Proteção Social Básica

### **Detalhamento das Constatações da Fiscalização**

#### **2.1. PROGRAMA: 1049 - Acesso à Alimentação**

<b>Ação Fiscalizada</b>
<b>Ação:</b> 2.1.1. 2798 - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar <b>Objetivo da Ação:</b> Apoio à implantação do programa de Aquisição de Alimentos - Compra Direta Local da Agricultura Familiar.

<b>Dados Operacionais</b>	
<b>Ordem de Serviço:</b> 201306658	<b>Período de Exame:</b> 20/12/2009 a 01/10/2012

<b>Instrumento de Transferência:</b> Convênio 705046	
<b>Agente Executor:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	<b>Montante de Recursos Financeiros:</b> R\$ 487.704,13
<b>Objeto da Fiscalização:</b> O projeto visa facilitar a aquisição de gêneros alimentícios, dos agricultores familiares ou das suas entidades associativas, para serem doados aos programas e entidades sociais ligadas à política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (merenda escolar, creches, hospitais, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, etc.). Desde o ano de 2005, o município participa do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos – Compra Direta com Doação Simultânea, junto à CONAB, com atendimento direto a 90 produtores, através da compra dos produtos e mais de 8.500 beneficiados com as doações. São parceiros: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Prefeitura Municipal; Associações Comunitárias; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Secretaria de Desenvolvimento Humano, Banco de Alimentos, CONSEA, Centro Vocacional Tecnológico e EMATER/MG. Com a implantação deste projeto será oportunizada às famílias dos pequenos produtores, incentivos à produção e valorização no desenvolvimento de suas atividades, numa perspectiva de sustentabilidade nas áreas: social, econômica, familiar, política, cultural, ambiental e tecnológica.	

#### **2.1.1.1. Constatação:**

Inoperância do COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

#### **Fato:**

De acordo com o artigo 3º do Decreto Municipal nº 2887, de 31/01/2005, dentre outras atribuições, “caberá ao COMSEA:

- I - propor, as diretrizes da política municipal de segurança alimentar e nutricional a serem implementadas;
- II - Acompanhar e fiscalizar ações do governo municipal na área de segurança alimentar e nutricional;
- III - Propor projetos e ações prioritárias da política municipal de segurança alimentar e nutricional a serem incluídos, anualmente na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento geral do município.”

No entanto, verificou-se que, na data da fiscalização realizada, o COMSEA, importante instância para o adequado funcionamento do Banco de Alimentos, estava inoperante. Conforme Livro de Atas, a última reunião havia ocorrido em 27/09/2011, contrariando a obrigatoriedade de realização de reuniões ordinárias mensais prevista no parágrafo 7º do artigo 5º do Decreto Municipal nº 2887, que instituiu o referido Conselho. Além disto, o mandato de seus membros estava expirado desde 30/06/2011.

Questionada por meio da Solicitação de Fiscalização nº 038023/008 de 21/03/2013, a nova Administração Municipal, que tomou posse em 01/01/2013, informou, por meio do Ofício nº 108/2013, de 25/03/2013, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, que está agendada para 05/04/2013 a eleição e posse dos membros do COMSEA, fato que confirma a inoperância da instância.

Verificou-se também que o mandato dos dirigentes da Associação dos Trabalhadores na Catação de Materiais Recicláveis – TRANSFORMARE está expirado desde julho/2012, e que nem a Prefeitura nem o COMSEA agiu tempestivamente para descredenciar a entidade, ou para cobrar a regularização da situação.

Para o bom andamento do programa CDLAF é imprescindível a efetiva atuação do COMSEA, tanto no credenciamento e fiscalização do funcionamento das entidades beneficiárias, quanto na fiscalização dos processos de compra, armazenamento, acondicionamento e distribuição dos alimentos.

Além disso, de modo a diminuir a possibilidade de ocorrência de desvios dos produtos adquiridos e facilitar o controle social pela população, poderia ser divulgado pela Prefeitura diariamente e mantida durante toda a duração de Convênios desta natureza em seu Portal na internet, no mínimo os seguintes dados:

- a) No recebimento dos produtos: data, nome do agricultor, discriminação do produto, quantidade e preço;
- b) Na entrega dos produtos pelo Banco de Alimentos: data, entidade beneficiária, discriminação do produto e quantidade.

#### **Manifestação da Unidade Examinada:**

A Prefeitura de Formiga apresentou, em 26/04/2013, por meio do Ofício nº 131/2013, assinado pelo Chefe do Gabinete do Prefeito, a seguinte argumentação:

"- O COMSEA foi instituído pela Lei de número 3917 de 09/11/2006 (segue anexo).

- Houve uma alteração das datas da eleição e posse deste Conselho quando constatamos que existia uma Lei e não um decreto.

- De acordo com o Artigo 6º, inciso 1º e 2º, estamos aguardamos a diretoria do Conselho de Assistência Social para estar indicando. E também estamos realizando as reuniões com as entidades para fazerem as indicações (conforme atas e listas de presença anexas).

- Em anexo, enviamos a Portaria 2671, de 20/03/2013, que apresenta a preocupação em estar realizando todos os procedimentos para termos um Conselho operante.

- Enviamos também, em anexo, o modelo de cadastro que será realizado com as entidades que serão participantes do Programa do Banco de Alimentos, onde mostra que a cada ano o cadastro será revisto. Este cadastro terá início agora no mês de maio. A Entidade que não atender as exigências deste cadastro será descredenciada do Banco de Alimentos até que apresente para regularizar.

É o que vai acontecer com a entidade TRANSFORMARE se não atender as exigências do cadastro.

Estaremos propondo ao COMSEA a transparência dos Programas de distribuição de alimentos no Portal da Prefeitura na internet."

#### **Análise do Controle Interno:**

A Prefeitura reconheceu os problemas apontados e manifestou a intenção de solucioná-los.

<b>Ação Fiscalizada</b>
<b>Ação:</b> 2.1.2. 8930 - Apoio à Implantação de Bancos de Alimentos e Mercados Públicos <b>Objetivo da Ação:</b> Apoio à implantação de sistemas de produção e treinamento, para a melhoria de condições socioeconômicas de comunidades em risco de segurança alimentar e nutricional.

<b>Dados Operacionais</b>	
<b>Ordem de Serviço:</b> 201306865	<b>Período de Exame:</b> 30/11/2009 a 30/11/2013
<b>Instrumento de Transferência:</b> Convênio 715117	
<b>Agente Executor:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	<b>Montante de Recursos Financeiros:</b> R\$ 326.086,96
<b>Objeto da Fiscalização:</b> Implantação de sistema de produção e/ou treinamento. O projeto de ampliação e modernização do Banco de Alimentos se faz necessário para o Município de Formiga, tendo em vista as condições de vulnerabilidade social e alimentar da população formiguense. No Município são diversas entidades que são beneficiadas com o recebimento de doações do BA. O atendimento das famílias em risco social se faz necessário devido à crise econômica e o desemprego que se encontram instalados no município.	

#### **2.1.2.1. Constatação:**

Ociosidade do Banco de Alimentos da Prefeitura.

#### **Fato:**

As instalações do Banco de Alimentos da Prefeitura, que serão objeto de obra de modernização e equipagem prevista no Contrato de Repasse nº 0304648-43/2009/MDS/Caixa, estão subutilizadas devido a problemas na execução do pacto CPR 2010/02/0681 do PAA – Compra com Doação Simultânea, entre a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e a Associação dos Produtores Feirantes de Formiga, e do término de validade, em 01/10/2012, do Convênio nº 39/2009 (SIAFI nº 705046/2009) com o MDS, também objeto deste relatório. Atualmente, no local está havendo somente armazenamento, empacotamento e distribuição dos produtos alimentícios adquiridos pela Prefeitura ou recebidos em doação para compor a Cesta Básica, que é distribuída para entidades beneficentes.

Em resposta ao item 4 da Solicitação de Fiscalização – SF nº 038023/008, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano informou, em 25/03/2013, por meio do Ofício nº 108/2013, que a reativação do Banco de Alimentos depende da assinatura de novo Convênio, e que para isto, o Termo de Adesão foi firmado com o MDS, em 29/11/2012, e depende também da reativação do COMSEA.

Salienta-se que, caso tal situação perdure, não é justificável executar o Contrato de Repasse nº 0304648-43/2009/MDS/Caixa para “modernizar e equipar o Banco de Alimentos”.

Por isto, é importante que o Município trace estratégias de médio e longo prazo de modo a evitar a ociosidade das instalações e prejuízo para agricultores familiares e para as entidades beneficiárias cadastradas para receber os produtos alimentícios.

#### **Manifestação da Unidade Examinada:**

A Prefeitura de Formiga/MG apresentou, em 26/04/2013, por meio do Ofício nº 131/2013, assinado pelo Chefe do Gabinete do Prefeito, a seguinte argumentação:

"Salientamos que conforme a Lei nº 3632, de 03 de Março de 2005, que institui o Banco de Alimentos de Formiga, em seu Art. 2º, afirma que 'O Programa terá como principal objetivo, arrecadar, dos produtores rurais, dos estabelecimentos industriais e comerciais e da comunidade em geral, alimentos de comercialização inviável, mas em condições próprias para consumo com segurança'.

Observa-se também que, de acordo com o Decreto nº 3014, de 25 de Julho de 2005, Art. 6º 'O Banco de Alimentos objetiva a coleta de gêneros alimentícios doados por estabelecimentos produtivos, comerciais e industriais em geral, analisando-os com respeito a sua propriedade para consumo.

§ 1º Os alimentos doados e/ou coletados deverão ser recondicionados e distribuídos para entidades, associações, fundações e famílias credenciadas junto ao Programa, segundo critérios definidos pelo COMSEA/FORMIGA.

Art. 7º Constitui ainda objeto do Programa Banco de Alimentos de Formiga:

I – Promover pesquisas e debates sobre temas relacionados com a fome e os instrumentos para erradicá-las;

II – Promover intercâmbio permanente de experiências com entidades que operem programas semelhantes;

*III – Promover cursos de capacitação destinados a difundir técnicas de redução e/ou eliminação de riscos e desperdícios junto às entidades doadoras e entidades credenciadas;*

*IV – Estabelecer convênios e parcerias com organismos públicos e privados para desenvolvimento de atividades relacionadas com o exercício do Programa.'*

Com base nos referidos artigos e incisos da Lei nº 3632, de 03 de Março de 2005 e do Decreto nº 3014, de 25 de Julho de 2005, a ociosidade do Banco de Alimentos de Formiga não está ligada a descontinuidade momentânea do Programa de Compra Direta Local da Agricultura Familiar.

Portanto, não procede à resposta da Secretaria de Desenvolvimento Humano, via Ofício nº 108/2013, '*que a reativação do Banco de Alimentos depende da assinatura de novo Convênio*'.

A Lei de criação do Banco de Alimentos é clara em seus objetivos. A Aquisição de Alimentos através de programas do governo federal vem acrescentar e dar corpo às Ações de Segurança Alimentar em conformidade com a Política Nacional e dos objetivos do Banco de Alimentos, mas não é fator fundamental para a atual inoperância do mesmo.

Conforme material anexo, o Banco de Alimentos, anteriormente sempre cumpriu a sua real função, independente das aquisições do PAA, ou CDLAF. Outras ações também eram realizadas freqüentemente, como trocas ambientais, cursos para evitar o desperdício de alimentos, parceria com produtores rurais que doavam sobras de colheitas, doações de outros municípios e etc.

O Departamento de Políticas Rurais já recebeu ligação de Agricultores dispostos a doar produtos ao Banco de Alimentos, no entanto não há pessoal para recolher as doações.

De acordo com e-mail e Comunicação Interna do Banco de Alimentos para a Secretaria de Desenvolvimento Humano, de 10 de janeiro de 2013, foi solicitado como Prioridade a Revisão Completa na Sprinter HLF 1475 e a Contratação de Motorista para Prestar serviços no Banco de

Alimentos, o que até hoje não foi providenciado, ficando assim o Banco de Alimentos impossibilitado de coletar as doações. (segue anexo e-mail e Comunicação Interna)

A execução do contrato de Repasse nº 0304648-43/2009/MDS/Caixa para 'modernizar e equipar o Banco de Alimentos' é sim justificável diante dos objetivos do Banco de Alimentos conforme Art. 3º da Lei nº 3632, de 03 de Março de 2005. *Para atendimento dos dispostos nesta Lei, o Executivo deverá criar as condições administrativas, técnicas e sanitárias, necessárias à triagem, à separação, à embalagem e à distribuição dos alimentos recebidos em doação.*"

### **Análise do Controle Interno:**

Conforme a argumentação apresentada pela Prefeitura, existem também outras razões para a situação constatada no Banco de Alimentos por ocasião da fiscalização realizada, tais como falta de pessoal para recolher doações e revisão no citado veículo.

A Administração municipal não refutou a ociosidade do Banco de Alimentos apontada neste relatório.

## **2.2. PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família**

<b>Ação Fiscalizada</b>
<b>Ação:</b> 2.2.1. 8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) <b>Objetivo da Ação:</b> Dados cadastrais dos beneficiários atualizados; renda per capita das famílias em conformidade com a estabelecida na legislação do Programa; cumprimento das condicionalidades das áreas da educação e saúde; Programas/Ações municipais complementares ao Bolsa Família; e Instância de Controle Social do Programa atuante.

<b>Dados Operacionais</b>	
<b>Ordem de Serviço:</b> 201307427	<b>Período de Exame:</b> 01/01/2011 a 31/10/2012
<b>Instrumento de Transferência:</b> Execução Direta	
<b>Agente Executor:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	<b>Montante de Recursos Financeiros:</b> R\$ 5.367.252,00
<b>Objeto da Fiscalização:</b> Prefeituras Famílias pobres e extremamente pobres do município cadastradas no Cadúnico; Listas de beneficiários do PBF divulgada; Programas sociais complementares disponibilizados às famílias beneficiárias; Técnicos responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades designados e atuantes; Registro do acompanhamento das condicionalidades efetuado nos sistemas informatizados; Existência de um órgão de controle social atendendo ao critério de intersetorialidade e paridade entre governo e sociedade.	

### **2.2.1.1. Constatação:**

Restrição à participação da sociedade civil no controle do Bolsa Família em decorrência de ausência de divulgação da relação de beneficiários do Programa pela gestão municipal.

**Fato:**

Em verificação efetuada nas dependências dos prédios onde se situavam os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano de Formiga/MG, bem como em outros locais públicos de grande circulação de munícipes, constatou-se que, até a data do término dos trabalhos de campo desta fiscalização, o gestor do Bolsa Família não divulgava a relação dos beneficiários do Programa em mural ou outro instrumento que permitisse à população acessá-la.

O fato constatado contraria o disposto no art. 13, parágrafo único, da Lei nº 10.836/2004, regulamentado pelo art. 32, §1º, do Decreto nº 5.209/2004, o qual determina que a divulgação da relação dos beneficiários do Bolsa Família no município deve ser amplamente divulgada pelo seu Poder Público. Essa medida tem o objetivo de fortalecer a participação da sociedade civil no controle sobre o Programa, além de atender aos princípios da publicidade e da transparência.

**Manifestação da Unidade Examinada:**

Em resposta ao Relatório Preliminar, encaminhado em 16/04/2013 por meio do Ofício nº 11799/2013/CGUMG/PR, a Prefeitura Municipal de Formiga/MG, mediante o Ofício nº 131/2013, de 26/04/2013, apresentou a seguinte manifestação:

*“Em relação a restrição à participação da sociedade civil no controle do Bolsa Família em decorrência da ausência de divulgação dos beneficiários do Programa, justifica-se que até então, a gestão municipal não realizava tal procedimento, mas a partir de 24/04/2013 a relação de todos os beneficiários está divulgada e exposta na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e no CREAS (Centro Especializado de Assistência Social). A partir de maio/2013 a relação dos beneficiários também será divulgada na Caixa Econômica Federal do município, na sede da Prefeitura Municipal e nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) I e II de forma que a população tenha acesso a transparência do Programa”.*

Foram disponibilizados, também, registros fotográficos demonstrando a divulgação da relação de beneficiários do Programa Bolsa Família no CREAS – Centro de Referência de Assistência Social e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano.

**Análise do Controle Interno:**

A manifestação da Prefeitura Municipal sinaliza pela adoção de medidas visando elidir a falha apontada, entretanto, considerando a imutabilidade do fato à época da fiscalização e com o objetivo de prevenir sua reincidência, mantém-se a constatação.

**2.3. PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**

<b>Ação Fiscalizada</b>
<b>Ação:</b> 2.3.1. 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica <b>Objetivo da Ação:</b> Visa atender e acompanhar as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento às Famílias - PAIF, ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, nos CRAS itinerantes (embarcações) e pelas equipes volantes, bem como, ofertar Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de forma a atender demandas e necessidades específicas de famílias com presença de indivíduos.



Dados Operacionais	
<b>Ordem de Serviço:</b> 201307679	<b>Período de Exame:</b> 03/01/2011 a 31/01/2013
<b>Instrumento de Transferência:</b> Fundo a Fundo ou Concessão	
<b>Agente Executor:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	<b>Montante de Recursos Financeiros:</b> R\$ 306.000,00
<b>Objeto da Fiscalização:</b> CRAS - Unidade de Referência e Oferta do PAIF Recursos repassados pelo FNAS executados conforme objetivos do programa e outros normativos(contábil-financeiro, licitação); Fornecimento dos subsídios para funcionamento dos CRAS; Formulários e questionários de sistemas de monitoramento preenchidos; Plano de Providências atendido; Unidades Públicas - CRAS implantados e em funcionamento, oferecendo os serviços do PAIF, conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Protocolo de Gestão Integrada e Reoluções da CIT.	

### **2.3.1.1. Constatação:**

Editais de pregões para aquisição de gêneros alimentícios para os Centros de Referência em Assistência Social – CRAS sem a estipulação de critérios de aceitabilidade de preços.

#### **Fato:**

A Prefeitura Municipal de Formiga/MG realizou os Pregões nº 15/2010, 66/2010, 145/2010, 203/2010, 208/2010 e 01/2011, abrangendo também outros setores da Prefeitura, para o registro de preços em futuras aquisições de gêneros alimentícios destinados aos beneficiários frequentadores dos CRAS I e II, dentre outros destinatários. Esses gêneros foram utilizados nos exercícios de 2011 e 2012. Embora constasse nos processos pesquisa de preços a balizar os valores a serem contratados e em todos os editais existisse a cláusula de que “o pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito”, os editais não definiram quais seriam esses critérios determinantes da aceitabilidade dos preços. A omissão desses critérios está em desacordo com o art. 40, X, da Lei nº 8.666/1993, dispositivo que os estabeleceu como item obrigatório a constar no edital.

Há que se esclarecer que a Lei nº 10.520/2002, que instituiu a modalidade licitatória de pregão, não obriga explicitamente que o edital contemple tais critérios, mas estipula, no art. 9º, a aplicação subsidiária do Estatuto Geral de Licitações. Ademais, para efeitos de se cumprir o art. 3º, XI, da Lei do Pregão (XI - examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade), somente com a adoção destes critérios o pregoeiro será dotado de argumentos objetivos para fundamentar suas decisões.

#### **Manifestação da Unidade Examinada:**

Em resposta ao Relatório Preliminar, encaminhado em 16/04/2013 por meio do Ofício nº 11799/2013/CGUMG/PR, a Prefeitura Municipal de Formiga/MG, mediante o Ofício nº 131/2013, apresentou a seguinte manifestação:

*“Os questionamentos ora levantados insurgem sobre o critério de julgamento previsto no edital convocatório, qual seja, o menor preço, apurado a partir do menor percentual aplicado sobre a tabela das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A.*

*Primeiramente, cabe destacar que o Edital atendeu aos parâmetros legais previstos nas leis*

8.666/1993 e 10.520/2002, eis que não direcionou ou restringiu o Certame, zelando pela ampla participação das empresas, bem como pelo respeito ao princípio da igualdade entre os licitantes. Em análise aos Pregões nº 015/10, 066/10, 145/10, 203/10, 208/10 e 001/11, constata-se que não houve prejuízos para Administração, uma vez que os preços homologados estão em conformidade a cotação de preços realizada antes da abertura dos referidos processos.

Ressalta-se que conforme critério “TIPO” - menor preço, apurado a partir do menor percentual aplicado sobre a tabela das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – foi estipulado que o valor a ser homologado seria o menor percentual sobre a tabela podendo, destarte, haver propostas e lances com valores abaixo da tabela que seriam adjudicados e homologados.

Não obstante, o fato das empresas buscarem os produtos licitados no Ceasa/MG para venderem na Região, subtede-se que qualquer valor abaixo deste percentual acarretaria prejuízo aos licitantes, o que tornaria o certame Deserto, gerando um transtorno ao Município, uma vez que se trata de aquisição de gêneros alimentícios para atender a merenda escolar, em especial.

Para melhor esclarecimento e entendimento, anexa-se as atas de abertura, mapas de apurações analíticos e sintéticos, que demonstram que no ato de apuração das propostas bem como nos lances, o Pregoeiro não só se ateve aos preços pesquisados antes da abertura dos processos, como também as empresas participantes do certame estavam livres oferecerem seus lances ao objeto licitatório tendo apenas como referência a tabela do Ceasa/MG, vez que se constatou o Município homologou os valores dentro da média de mercado, conforme preços praticados na região”.

### **Análise do Controle Interno:**

Para atender ao disposto na Lei nº 8.666/1993, art. 40, X, quanto ao critério de aceitabilidade de preços, os editais licitatórios deveriam estipular uma referência de preços, de modo a fixar os valores máximos que a Administração estaria disposta a pagar, condição não contemplada nos processos analisados. Mantém-se, portanto, a constatação.

#### **2.3.1.2. Constatação:**

Pregão para aquisição de gêneros alimentícios destinados aos CRAS com critério de julgamento das propostas equivalente à fixação de preço mínimo.

#### **Fato:**

Para aquisição de gêneros alimentícios destinados aos CRAS de Formiga/MG e demais setores da Prefeitura, realizou-se o Pregão nº 66/2010. O Edital estabeleceu, em seu item 5.1, que “para julgamento das propostas escritas, será considerado o menor preço unitário, obtido através do menor adicional percentual aplicado sobre as tabelas das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – Ceasa”. Esta fórmula, porém, equivale ao estabelecimento de preço mínimo, condição vedada pela Lei nº 8.666/1993, em seu art. 40, X.

Adotando-se a tabela do Ceasa, deveria ser estipulado livre percentual em relação à esta referência, com possibilidade inclusive de ser inferior a 100%, em função de condições particulares dos varejistas.

Além disso, a referida tabela poderia ser estipulada como preço máximo a ser aceito pelo gestor, pois se espera que haja livre disputa entre os interessados em fornecer para a Prefeitura Municipal, com expectativa de que os preços contratados sejam inferiores aos referenciais.

### **Manifestação da Unidade Examinada:**

Em resposta ao Relatório Preliminar, encaminhado em 16/04/2013 por meio do Ofício nº 11799/2013/CGUMG/PR, a Prefeitura Municipal de Formiga/MG, mediante o Ofício nº 131/2013, apresentou a seguinte manifestação:

*“Os questionamentos ora levantados insurgem sobre o critério de julgamento previsto no edital convocatório, qual seja, o menor preço, apurado a partir do menor percentual aplicado sobre a tabela das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A.*

*Primeiramente, cabe destacar que o Edital atendeu aos parâmetros legais previstos nas leis 8.666/1993 e 10.520/2002, eis que não direcionou ou restringiu o Certame, zelando pela ampla participação das empresas, bem como pelo respeito ao princípio da igualdade entre os licitantes.*

*Em análise aos Pregões nº 066/10, constata-se que não houve prejuízos para Administração, uma vez que os preços homologados estão em conformidade a cotação de preços realizada antes da abertura dos referidos processos. Ressalta-se que conforme critério “TIPO” - menor preço, apurado a partir do menor percentual aplicado sobre a tabela das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – foi estipulado que o valor a ser homologado seria o menor percentual sobre a tabela podendo, destarte, haver propostas e lances com valores abaixo da tabela que seriam adjudicados e homologados.*

*Não obstante, o fato das empresas buscarem os produtos licitados no Ceasa/MG para venderem na Região, subtende-se que qualquer valor abaixo deste percentual acarretaria prejuízo aos licitantes, o que tornaria o certame Deserto, gerando um transtorno ao Município, uma vez que se trata de aquisição de gêneros alimentício para atender a merenda escolar, em especial.*

*Para melhor esclarecimento e entendimento, anexa-se as atas de abertura, mapas de apurações analíticos e sintéticos, que demonstram que no ato de apuração das propostas bem como nos lances, o Pregoeiro não só se ateve aos preços pesquisados antes da abertura dos processos, como também as empresas participantes do certame estavam livres oferecerem seus lances ao objeto licitatório tendo apenas como referência a tabela do Ceasa/MG, vez que se constatou o Município homologou os valores dentro da média de mercado, conforme preços praticados na região”.*

#### **Análise do Controle Interno:**

A expressão “menor adicional”, constante do Edital, pressupôs que o preço da Ceasa seria o menor que os licitantes poderiam praticar, condição diversa, e alinhada com a manifestação apresentada pela Prefeitura, se houvesse a supressão do termo “adicional” (simplesmente “menor percentual”). Mantém-se, portanto, a constatação.